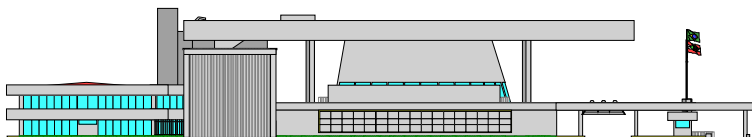


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 11 DE DEZEMBRO DE 2012

NÚMERO 6.496

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO

Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Aldo Schneider

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Serafim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Manoel Mota - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Angela Albino
Manoel Mota
Marcos Vieira

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Maurício Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Manoel Mota
Pe. Pedro Baldissera
Sandro Silva
Valmir Comin

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Silvio Dreveck
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Aldo Schneider
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Joares Ponticelli
Jorge Teixeira
Sargento Amauri Soares
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Angela Albino
Maurício Eskudlark
Marcos Vieira

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 121ª Sessão Ordinária realizada em 04/12/2012..... 2 Ata da 122ª Sessão Ordinária realizada em 06/12/2012..... 11</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes..... 18 Aviso de Resultado 19 Extrato..... 19 Mensagem Governamental 19 Ofícios 20 Projetos de Lei 20 Projeto de Resolução 24</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA - Manifesta preocupação com as consequências da estiagem no estado; reporta-se à greve da Saúde.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Reporta-se à dramática situação vivida pela população de Ponte Alta.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Cumprimenta os sindicalistas e os trabalhadores do serviço público presentes na Alesc.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Questiona obra do TCE.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a presença do reverendo Carmelindo Pereira, de São José do Cerrito, da secretária de Administração, Keni Muniz, e do vereador eleito Edinho Küster.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Convida para o lançamento de livro da professora Anita Leocádia Prestes.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Solicita que seu pronunciamento sobre o TCE seja encaminhado ao procurador-geral de Justiça.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Reporta-se à segurança pública.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Solidariza-se com o deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Manifesta-se a respeito da duplicação da BR-101.

DEPUTADO ALTAIR GUIDI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Silvío Dreveck.

Ordem do Dia

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito eleito Idacir Rosso e do vice-prefeito Luiz Diniz, de Xaxim.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Chela, de Treze de Maio, e do prefeito Keka.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Parabeniza a Associação Amor pra Down.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (pela ordem) - Parabeniza a Associação Amor pra Down.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Tece comentários sobre o Dia Internacional do Voluntariado.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Parabeniza a Uvesc.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Cumprimenta várias autoridades de SC.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à eleição da nova diretoria da Aprasc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. parlamentares.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, hoje gostaria de abordar dois assuntos da tribuna desta Casa. O primeiro deles diz respeito à região oeste catarinense, que vive mais um período de estiagem, o que equivale a dizer que estaremos encerrando este ano da mesma forma que começamos: com estiagem.

Somente para se ter ideia, até o dia três de dezembro já tínhamos a confirmação de estado de emergência de Lindoia do Sul, Peritiba, Piratuba, Seara, Presidente Castelo Branco, Irani, Jaborá, Ipira, Herval do Oeste. Inclusive para citar um dado do meio-oeste, matéria do *Diário Catarinense* do dia três, no caso de Videira, choveu menos do que 10% da média histórica.

Então, é uma problemática muito grande que se vive, porque nos últimos dez anos praticamente sete, oito estiagens foram registradas em Santa Catarina.

Hoje pela manhã, quando estava com o prefeito de Ipira, para tratar sobre a questão de recursos, ele apresentou cópia de seis decretos de emergência nesse período em que ele está no governo, ou seja, há oito anos. E cinco desses decretos já foram reconhecidos pelo governo federal.

Por isso, existe uma preocupação muito grande, porque precisamos de uma resposta imediata em termos de auxílio para a estiagem. Inclusive no município de Seara a barragem se encontra seca. E a segunda ação da qual precisamos refere-se ao combate às futuras estiagens, com o aporte dos recursos que destinamos, através do mapeamento das instituições, especialmente na comissão de Finanças e Tributação quando fazíamos a discussão de recursos do governo federal, no valor de R\$ 60 milhões, destinados para as ações de combate às estiagens, as quais podem e devem ser estruturantes no sentido de auxiliar os municípios que se encontram em dificuldade.

Já falamos sobre esse assunto em outras ocasiões e certamente essa não será a última, porque precisamos ter um estado preparado para lidar com essa situação, investindo em armazenamento e distribuição de água.

Mas o fato é que, quanto mais precisamos, mais lentamente os órgãos governamentais agem, e cito como exemplo o prefeito de Arabutã, que está noticiando a estiagem, mas cuja principal preocupação é uma comunidade onde é preciso fazer um poço artesiano, uma rede de água, para a qual já há, inclusive, recursos disponíveis, mas há meses aguarda a licença ambiental a ser expedida pela Fatma.

Outra questão que temos abordado com frequência da tribuna desta Casa é a falta de estrutura da Fatma. Fala-se que não há servidores, e o gerente regional de Joaçaba ficou desamparado. Há o caso de um conjunto habitacional em Concórdia cuja licença demorou mais de oito meses para ser expedida, obrigando a prefeitura a tomar algumas ações extremas para, efetivamente, levar água às pessoas. Então, se esses órgãos ambientais não podem fazer chover, que pelo menos concedam as licenças ambientais com mais agilidade.

Tendo em vista toda essa situação, queremos deixar registrada a nossa preocupação em relação à estiagem, torcer para que o governo possa, efetivamente, implementar uma política para incentivar o plantio de milho, que é uma das grandes dificuldades que estamos enfrentando recentemente, e providencie as ações estruturantes no combate às estiagens, a fim de que tenhamos condições de enfrentar os dissabores da natureza com mais eficiência.

O segundo assunto que gostaria de abordar diz respeito às questões relacionadas à saúde em Santa Catarina e à paralisação dos servidores, que se estende por um tempo bastante grande, sem que haja, efetivamente, por parte do governo, ações necessárias para chegar a um entendimento com os servidores da Saúde, para que eles possam retomar plenamente suas atividades.

Temos as questões dos servidores que são importantes, que precisam ser vistas e que acabam refletindo - e falávamos sobre isso ontem, quando recebemos uma visita de um grupo de servidores da Saúde - diretamente no seu pagamento e no comércio.

Mas a nossa preocupação maior deve ser com o povo pobre, aquele que precisa do atendimento, o usuário do SUS, pois às vezes temos a impressão de que o governo quer mais é que o povo não receba atendimento mesmo, porque me parece que o esforço não é suficiente para chegar a um entendimento e resolver esse impasse na negociação com os servidores.

Então, não podemos deixar de fazer essa manifestação e de colocar também o nosso desejo de que seja encontrada uma saída negociada, mas não somente para a questão salarial, que é a mais urgente neste momento, mas também mais recursos para a Saúde.

Eu tenho dito aqui que não se vai resolver a questão da saúde em Santa Catarina, se o governo não se dispuser a alocar um percentual maior de recursos do que aquele que hoje é colocado na saúde. Caso contrário, estarão aqui as planilhas dizendo que não dá para comprar mais medicamentos, que não dá para comprar mais matérias, que não dá para reajustar o salário porque já está no limite dos 12%.

Nós entendemos que o estado deve investir mais. Aliás, eu tenho dito que isso deve ser feito pelos municípios, pelos estados e pela união. Não dá, por exemplo, para se admitir que um município, hoje, invista apenas 15% do seu orçamento em saúde.

Eu mesmo, quando prefeito de Concórdia, em alguns momentos cheguei a aplicar 21%, 20% e 22% em saúde. E não dá para admitir 15%. O estado não dá para se limitar apenas aos 12%. Está provado que com isso não se faz saúde de qualidade. E se isso não fosse verdade, nós não teríamos os servidores há mais de 40 dias nessa busca de uma negociação, de um acordo.

Então, fica aqui o nosso apelo para que o governo possa, o quanto antes possível, encontrar uma solução negociada, sentar, conversar com os representantes da categoria e resolver isso. Mas, acima de tudo, deve tomar uma decisão política: colocar mais recursos na saúde para Santa Catarina. Somente assim terá a resolução não somente das questões salariais colocadas, mas também das questões de equipamentos, estrutura, medicamento e funcionamento como um todo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, na tarde de hoje, gostaria de trazer presente a drástica situação vivida pela população de Ponte Alta.

Estive presente em Ponte Alta na última segunda-feira para acompanhar de perto aquilo que aconteceu lá nesse último domingo, que foi uma espécie de tornado, acompanhado de uma grande tempestade que causou mais de R\$ 30 milhões de prejuízos àquele município

formado por famílias que vivem da atividade da agricultura familiar, camponesa, e da atividade da industrialização da madeira.

É um município muito pobre, mas naquela noite uma espécie de tornado causou enormes prejuízos familiares, comunitários e prejuízos públicos que, queira ou não, promoveram um grande transtorno àquelas famílias, àquela população daquele município.

Tive a oportunidade de lá me fazer presente, até tendo em vista que há três anos algo parecido, talvez com uma intensidade muito maior, ocorreu no meu município, Guaraciaba, que enfrentou o maior tornado em nível de país e quem sabe até da América Latina, que destruiu, além de estruturas, bens materiais, residências, indústrias e causou também a morte de quatro pessoas.

Por isso, senti-me na obrigação também, como havia participado intensamente na busca de alternativas, de estratégias para aquele momento naquele município, de poder da mesma forma, além de levar uma palavra de solidariedade, de ânimo, naquele momento de esperança e de poder compartilhar, apontar algumas alternativas para buscar o mais rapidamente possível uma saída para devolver a autoestima, a autoconfiança e o bem-estar às centenas e centenas de pessoas totalmente desabrigadas, que estão sem saber por onde recomeçar.

Ao mesmo tempo, também tivemos a oportunidade de compartilhar com alguns segmentos, como, por exemplo, a Defesa Civil de Lages, Corpo de Bombeiros, o secretário de Defesa Civil, Geraldo Althoff, que lá também esteve presente contribuindo e ajudando para amenizar aquela situação.

É claro que a solidariedade nestes momentos se traduz como uma das grandes forças seja das pessoas dos municípios não atingidos, ou dos municípios da redondeza, bem como da população de uma forma geral. Por isso fiz questão de estar lá presente, acompanhando e, ao mesmo tempo, contribuindo para que se pudesse vislumbrar, além da esfera do estado, em nível nacional, fazendo contatos no ministério da Integração Nacional, no ministério das Relações Institucionais e junto à Defesa Civil, para tentar o mais rápido possível viabilizar recursos necessários para reconstruir aquilo que tem sido drasticamente destruído naquele município.

E dizia o prefeito, em uma forma ampla de fazer o registro de agradecimento às diferentes equipes ligadas à Celesc, que prontamente dia e noite trabalharam para fazer com que se repusesse a energia elétrica àquelas centenas de pessoas que foram atingidas.

Então era isso, sr. presidente, que eu queria dizer, apenas para fazer o registro e trazer aqui a mesma forma de solidariedade deste Poder para com aquela população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

De acordo com o requerimento do deputado Dirceu Dresch, neste momento vamos dar por suspensa a presente sessão, para que nos próximos dez minutos seja feito o uso da palavra pelo sr. Mário Antônio da Silva, representante do Sintesp.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de cumprimentar a todos os sindicalistas, todos os trabalhadores do serviço público que estão aqui, o Sintesp, junto com a luta dos servidores da Saúde, que mais uma vez estão aqui pedindo o apoio desta Casa.

Com certeza, a nossa bancada, que é a bancada do Partido dos Trabalhadores, tem dado apoio incondicional a esta luta, e entendemos que é estratégico, é importante para o bom serviço, para a nossa população catarinense, serem atendidos nas suas reivindicações e ser valorizado o nosso servidor, tanto em termos salariais como nas condições de trabalho.

Temos também a reivindicação para que sejam verificados nos presídios, estado afora, a condição de trabalho dos nossos trabalhadores.

Pedimos a incorporação da mesma gratificação que no prédio central da Educação, aqui em Florianópolis, as pessoas estão recebendo, mas lá no Cedup, na escola técnica, os trabalhadores não são valorizados.

Então, esta é nossa reivindicação aqui, sr. presidente, para o apoio a esse pleito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, presidente, vou usar na sequência o horário do partido.

Como falei ontem, hoje irei pronunciar-me sobre o Tribunal de Contas do Estado e quero fazer uma recomendação a todos os prefeitos eleitos, deputados Padre Pedro Baldissera e Neodi Saretta, que se quiserem observar como é que não podem fazer uma licitação ou como não devem encaminhar uma licitação para não correrem o risco de multas e penalidades, correr risco, inclusive, deputado Dirceu Dresch, de entrar na Lei da Ficha Limpa, é somente olhar a licitação para a construção do prédio do Tribunal de Contas, pois irão aprender tudo direitinho de como não se deve fazer.

Digo isso porque compreendo que temos que ter modernidade administrativa, compreendo que precisamos de boas instalações de trabalho e realmente o prédio tem essa *performance*. Contudo, o nosso papel como deputado é de fiscalizar, e eu aqui nem vou entrar muito no conteúdo das especificações das licitações. Vou entrar apenas em parte deles e dizer que o Portal de Transparência do Tribunal de Contas do Estado, deputado Kennedy Nunes, é um portal muito pouco transparente. Até mesmo porque tentei obter inúmeras informações e foi uma trabalhadora danada. É um portal para subterfugamente inibir o conhecimento de dados sobre o que acontece no dia a dia inclusive com as licitações.

Eu quero registrar rapidamente as licitações com inexigibilidade, ou seja, as dispensas de licitação feitas pelo Tribunal de Contas, pois qualquer prefeito que tivesse feito estaria sendo multado, teria que dar explicações.

O primeiro exemplo que cito é a contratação de uma palestra com o título *Desafio de Sustentabilidade no Brasil e no Mundo*, que custou R\$ 15 mil, sem licitação. Outra palestra: *Como Implantar Ferramenta de Gestão por Competência Passo a Passo*, com o preço de R\$ 18.617,00. E mais: um curso de R\$ 30.400,00 sem licitação também: *As Competências Emocionais de um Eneagrama na Gestão de Pessoas*, altamente questionável, que tem como essência teorias esotéricas.

Faço esse registro porque qualquer prefeito já estaria sendo banido de seu

mandato, correndo o risco de ter seu mandato cassado. Outra: renovação de periódicos, no valor de R\$ 23.850,00, sempre com a justificativa do conhecimento notório.

Quero que a assessoria passe rapidamente um videozinho de um minuto e uns quebrados.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Esse dado é porque a inauguração da obra aconteceu dois anos e oito meses após a previsão da sua entrega, deputado Dirceu Dresch, e a legislação exige que com 20 andares tenha que ter heliponto, segundo o Corpo de Bombeiros, em decorrência dos acidentes que aconteceram no edifício Joelma, em São Paulo, onde não havia nem portas antifogo nem mecanismo de segurança adequado.

Quero dizer o seguinte: nessa obra houve 12 aditivos de valores. O contrato com o Consórcio Espaço Aberto/Beter teve início no dia 1º de março de 2008, com término em 24 meses, ou seja, no dia 28 de fevereiro de 2010. Durante esse período foram feitas licitações, com contrato vencido, inclusive. O primeiro contrato foi assinado em 1º de março de 2008; o segundo vencimento seria no dia 31 de agosto de 2010. Eles criaram duas datas de vencimento para a entrega da obra, deputado Dirceu Dresch, numa licitação! Nunca vi isso! Você faz um contrato de entrega com uma data e depois há uma segunda data com a possibilidade de prorrogação: 28 de fevereiro de 2010 e 31 de agosto de 2010.

O primeiro aditivo por acréscimo de materiais e serviços foi de R\$ 450 mil, no dia 3 de setembro de 2008; no dia 1º de outubro de 2008, mais um aditivo no valor de R\$ 151 mil; no dia 15 de outubro de 2008, mais um aditivo; no dia 15 de outubro de 2008 houve mais um aditivo de R\$ 68 mil, nessa obra; no dia 20 de março de 2009 houve mais uma inclusão de materiais, também através de aditivo; no dia 19 de novembro de 2009, novamente houve um aditivo porque o consórcio foi cancelado.

Deputado Volnei Morastoni, quando se cria um consórcio para disputar uma licitação, há os critérios das empresas que se somam para justificar a participação na execução. À medida que esse consórcio se desfaz, a empresa não cumpriu o trato de execução e, automaticamente, em nosso entendimento, deveria ser cancelada a licitação e chamada a segunda colocada, cujo preço apresentado foi menor do que a soma dos aditivos que foram feitos durante o período da execução da obra.

Imaginem se isso estivesse acontecendo com um prefeito no estado de Santa Catarina, com o rigor da lei, em tese, do Tribunal sobre os prefeitos deste estado, que muitas vezes vêm a este plenário buscando deputados para procurar conselheiros para pedir auxílio e informações no que podem ajudar.

O nono aditivo foi de alteração do preço de planilhas; o décimo teve o valor R\$ 484 mil, e o décimo primeiro, mais R\$ 288 mil.

À medida que a obra não era executada no prazo previsto, como vou mostrar, os aditivos eram feitos, dando uma soma total de R\$ 2,717 milhões.

Mas aí quero entrar no diário da obra: dia 24/04/2008 - Reitera que há necessidade de fazer um sincronismo...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exa. tem mais 30 segundos, sr. deputado.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - No dia 22/10/2008, dia com muito sol, a obra não

iniciou. Reiteramos que os cronogramas estão fora de ordem.

Dia 28/10/2008 - "É para isso que se contrata uma empresa de consórcio?", pergunta quem faz o relatório. É preciso haver dedicação, previsibilidade e programação de etapas, do contrário a obra ficará patinando na chuva, no sol, na lama, na falta de equipamento, sem resultado efetivo.

Dia 06/11/2008 - Registra novamente o andamento da obra: desempenho nulo.

Dia 08/12/2008 - As previsões de materiais para a obra são inadequadas, levam a uma baixa produtividade.

Dia 06/01/2009 - Ritmo muito lento.

Dia 08/01/2009 - Registramos o ritmo de escavação e retirada de material inicial.

Dia 19/02/2009 - Serviço executado até agora equivale a quatro meses de trabalho. Isso depois de um ano de contrato!

Dia 30/11/2010 - Prazo de previsão de entrega da obra: não se conclui.

Dia 04/01/2010 - Ritmo da obra: as luzes e o cronograma começam a acender e ficar no vermelho.

Tudo isso está escrito, mas até aqui o Tribunal de Contas não fez nada com relação a quem executava a obra.

Dia 29/03/2010 - Tribunal de Contas - Fiscalização destaca que mesmo com atraso a construtora adota medida deliberada de dispensa de pessoal.

Dia 24/09/2010 - 11h: a equipe de fiscalização do ministério do Trabalho interdita a obra por falta de equipamento de segurança. A obra fica parada mais 20 dias por falta de equipamento de segurança para os trabalhadores.

Isso que se contratou uma empresa com conhecimento notório, com uma série de requisitos e prerrogativas para que a obra tivesse o andamento adequado!

Dia 03/02/2011 - Em reunião com o novo presidente, aqui diz que está em atraso. Aí vem uma série de questionamentos.

Dia 25/11/2011 - Como houve a dissolução formal do consórcio feita em cartório, em decorrência da decisão judicial pelo problema da Construtora Beter, de agora em diante o diário eletrônico só diz que a responsável é a Espaço Aberto.

Quando entramos no rol especificamente das irregularidades, além das que eu citei, aqui diz que os chamados trabalhos de arrasamento têm sido realizados de modo precário todos os dias, independentemente das previsões de precipitações pluviométricas. Registre-se que não há protetores auriculares, condição de segurança básica para os trabalhadores da obra.

Fizemos registro fotográfico do *modus operandi*. Há momentos em que o trabalhador apoia o ombro em uma ponta de uma escora de eucalipto para que o outro utilize o rompedor. Em última instância, o improvisado é total. A execução do arrasamento nesses moldes é inútil e além de tudo o que foi observado é contrária à determinação dos projetistas da obra.

Relatou, ainda, o pessoal do Tribunal de Contas que sem a realização dos ensaios da parte do concreto e das fundações essa fiscalização não assume a responsabilidade de liberar a concretagem de qualquer bloco de fundação da obra. Mas em nenhum momento a obra ou o contrato foram cancelados.

Mas não para por aí. Aqui ainda diz que há dúvidas em relação ao número de estacas e aos estaqueamentos executados. Diz que há dúvidas entre o que se fala sobre o volume cúbico de concreto aplicado e o cobrado

e também que a desforma do pilar sete revelou um embarrigamento, que a forma cedeu durante a concretagem e que estava sendo corrigido. Já em relação ao pilar 12, é visível a falta de concreto na ligação das vigas com o teto.

Também tem sido frequente a presença de pequenas bicheiras nos pés dos pilares no nível do pavimento do subsolo e do térreo. Expressão escrita aqui em relação à origem da execução da obra. Isso ocorreu em 22/05/2009.

No dia 08/06/2009, após a conclusão da concretagem da rampa de acesso ao subsolo, enquanto eram iniciados os preparativos para o desempenamento e os frisos, uma das longarinas deslocou-se, desestabilizou-se, e toda a rampa veio abaixo com algumas toneladas de concreto, ainda iniciando o processo de pega e cura, descendo para o espaço vazio do subsolo.

Será que tudo isso não era motivo, deputado Sargento Amauri Soares, para terem cancelado esse contrato no início?

Eu até me preocupo, porque essa é a empresa que ganhou, em consórcio, a licitação do aeroporto. É a empresa que ganhou a licitação da recuperação da ponte Hercílio Luz, que teve problemas nos estaqueamentos e que pediu aditamento para a obra, porque quando a estaca está embaixo e pedem aditivos, se não se fiscaliza - e quem já foi prefeito sabe disso -, há muito sobrepreço colocado aí.

Mas eu estou dizendo isso, porque aqui também tem parecer sobre a questão das soldas. O exame visual de testemunho fotográfico diz que o sistema de soldagem adotado não consta de nenhuma instrução normativa e que a aparência das soldas é ruim. É testemunho suficiente para que todo o trabalho seja desqualificado.

Há mais: os registros fotográficos levantados indicam problemas na impermeabilização do poço dos elevadores do subsolo e falhas do concreto de estrutura dos reservatórios e da casa de máquinas, além do heliporto de resgate, pois segundo o Corpo de Bombeiros tem que ter a partir de 20 metros, o que, em nosso entendimento, ali poderia ter sido evitado simplesmente pela altura do mezanino.

Quanto aos testes hidráulicos, não foram feitos adequadamente, porque já haviam colocado os pisos e os azulejos. E o relatório ainda diz que as passarelas existentes não atendem às demandas, aos projetos e às dimensões adequadas para o plano diretor.

Outro dado: em visita técnica realizada para vistoriar montagem dos quadros de média e alta tensão, também foi constatado que alguns pontos não atendiam às especificações do projeto e que existiam, inclusive, fusíveis diferentes das especificações e da necessidade da corrente elétrica.

Eu estou colocando esses dados, porque na inauguração foi colocado que é a "casa da esperança".

Primeiramente, é importante deixar registrado que o Tribunal de Contas do Estado, mesmo que em determinados momentos pareça um poder autônomo, é um órgão auxiliar da Assembleia Legislativa. Em segundo lugar, para deixar registrado que o portal da transparência está longe de ser transparente, conforme projeto aprovado nesta Assembleia. Em terceiro lugar, nos contratos feitos sem exigência de licitação não haveria necessidade de serem feitos porque há inúmeras empresas que prestam serviços iguais. E em quarto lugar, para os gastos de R\$ 1,6 milhão em móveis apareceram apenas duas empresas, sendo que só na Grande Florianópolis há mais de 300 empresas que fazem móveis sob medida. Além

disso, não conseguimos abrir o *site* da empresa vencedora.

Portanto, só será uma "casa da esperança", de fato, no momento em que tudo for transparente, que esse tipo de licitação não aconteça mais e, principalmente, que os prefeitos sejam tratados da mesma forma quando suas obras estiverem sendo analisadas não na questão da má qualidade, mas no acompanhamento do fisco para impedir que isso se reproduza.

Quero dizer ao TCE e aos seus conselheiros que é importante mantermos a cabeça ereta e registrar que princípio não se negocia e que em obra pública temos que dar o exemplo.

Espero que nas próximas obras do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina o exemplo seja dado para os prefeitos deste estado.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, apenas para registrar com muita satisfação a presença, nesta Casa, do reverendo Carmelindo Pereira, que vem lá de São José do Cerrito, juntamente com a secretária de Administração, Keni Muniz, e o nosso vereador eleito naquela cidade, o companheiro Edinho Kuster.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT, com entendimento da deputada Angela Albino, do PCdoB, com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital e os presentes aqui nesta tarde de quarta-feira.

Queria começar saudando aqui entre nós na Assembleia, nesta tarde de hoje, uma pessoa que representa muito da história do Brasil, do nosso país, da luta de classe no Brasil, da construção ou busca de construção, de uma alternativa civilizatória da barbárie capitalista estabelecida no mundo e também no nosso país.

Falo da presença aqui conosco da professora Anita Leocádia Prestes, que é professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina, que vem a esta cidade, bem como integrantes do Instituto Luiz Carlos Prestes, sediado no Rio de Janeiro.

Agradeço a presença de vocês e a nossa alegria e orgulho de inclusive estar fazendo esse pronunciamento com as suas presenças aqui.

A professora Anita Prestes vem para fazer o lançamento do livro "Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário", que trata da história do maior líder da classe trabalhadora brasileira, no período entre 1958 e 1990, que foi o ano de seu falecimento.

Esse lançamento será feito amanhã, às 19h, aqui mesmo no plenarinho da Assembleia Legislativa. E desde já quero agradecer ao presidente da Casa, à Mesa Diretora e aos servidores por essa gentileza de nos oportunizar esse espaço. E estamos convidando todos os parlamentares e a sociedade catarinense que nos acompanha, especialmente lideranças e a própria classe

trabalhadora, pela TVAL para o lançamento do último livro da professora Anita Leocádia Prestes.

Repito o nome do livro, Luiz Carlos Prestes - *O Combate por um Partido Revolucionário*. Estão contidas nesse livro as angústias de um conjunto significativo de militantes comunistas do nosso país, que desde março de 1980 e antes disso, evidentemente, muitos, refletem sobre a necessidade de criar as condições para a construção do partido revolucionário para a construção da revolução socialista no Brasil.

No nosso entendimento esse partido ainda não existe, com todo o respeito que tenhamos que ter aos partidos existentes e aos partidos que têm origem na classe trabalhadora, que se denominam comunista ou socialista, com todo o respeito a eles, na nossa avaliação, o partido adequado, o partido necessário, o partido efetivamente revolucionário vinculado aos anseios mais legítimos da classe trabalhadora, com uma estratégia adequada ao avanço do processo de construção da revolução socialista do nosso país, ainda não existe. E essa é a angústia que afeta o anseio, a busca, de um conjunto grande de militantes do nosso país. É a reflexão desse livro que será lançado amanhã e evidentemente deste livro e de diversas outras obras da mesma autora e de outros autores também que reflete essa situação, que afeta esse objetivo.

Agradeço mais uma vez a presença da sra. Anita Prestes e a presença do Ragom e convido para o lançamento livro amanhã.

Quero dizer que a greve da Saúde continua e que é preciso que haja uma solução, porque os trabalhadores estão prontos para passarem o Natal e o Ano-Novo, deputado Jailson Lima, inclusive as posses de 1º de janeiro que se pretenda que haja em nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Eu gostaria de fazer uma solicitação, qual seja, que esse meu pronunciamento sobre o Tribunal de Contas fosse transcrito e encaminhado ao procurador-geral da Justiça do estado, para as devidas providências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - A assessoria da Mesa Diretora tomará as providências.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Na ausência do representante do PMDB, o próximo partido inscrito é o PSD.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero cumprimentar o deputado presidente, os deputados aqui presentes, os que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital, os catarinenses que estão aqui.

Deputado Altair Guidi, é um prazer vê-lo novamente nesta Casa, depois de um período fora.

Sr. presidente, quando vimos as ações de órgãos governamentais muitas vezes só sabemos criticar. Muitas vezes o elogio aqui não é sempre feito, mesmo que seja necessário.

O estado de Santa Catarina vivenciou entre os dias 12 e 18 de novembro uma situação de crise no sistema prisional, com sérios reflexos nas atividades da segurança

pública, e isso tudo o Brasil acompanhou. Foram registradas ações criminosas que impactaram direta e indiretamente a vida dos cidadãos, do patrimônio público e até o patrimônio privado.

Falo das ações de queima de ônibus que aconteceram na Grande Florianópolis e em outras cidades, que depois foi visto que era represália a algumas ações nos presídios.

Observou-se uma intensa locação de esforços por parte da Polícia Militar de Santa Catarina, que como garantidora do restabelecimento da ordem pública esteve no centro das atenções ou das ações de gerenciamento da crise instalada, deputado Nilson Gonçalves, atuando diretamente na tomada de decisões nos campos estratégicos, tático e operacional. A atuação da Polícia Militar se deu amparada nos postulações contidas na Constituição Federal e Constituição Estadual, alinhada ainda a um planejamento estratégico da corporação, lançado no ano de 2011, pelo comando da Polícia Militar. Um dos eixos estruturantes desse plano de comando vem ser exatamente a máxima, que a Polícia Militar deva ser confiável nas crises, garantindo que o cidadão seja prontamente protegido em momentos em que possa reinar o caos social.

E foi quase o que convivemos nesses dias que vivemos. Foi assim que a Polícia Militar através da sala de situação no comando, que estive visitando, deputado Volnei Morastoni, se v.exa. não foi é interessante ir lá, hoje o aparato eletrônico, a informática, está muito presente na Polícia Militar, inclusive no gerenciamento até de frotas, e essa sala de comandos consegue dar à Polícia Militar e a quem está no comando, a condição de ter uma visão geral não só da corporação, mas também do que está acontecendo. E foi nessa sala de situação que foi gerenciado o emprego operacional do efetivo que se manteve em prontidão em todo o período da crise.

Deputado Altair Guidi, foram 68 ocorrências de vulto, e que afetaram 17 cidades catarinenses, onde a Polícia Militar ofereceu respostas rápidas e eficazes, resultando na prisão de 49 pessoas diretamente envolvidas nos atentados, bem como se registrou o óbito de três pessoas, marginais que entraram em confronto com a Polícia Militar no momento em que estava trabalhando. No período compreendido entre os dias 12 e 18 de novembro, os policiais militares permaneceram praticamente o tempo todo de serviço, na tentativa de contingenciar a crise instalada, por meio de ações preventivas e repressivas.

Portanto, eu gostaria com esses dados de parabenizar a ação da Polícia Militar, do comando, através do comandante coronel Nazereno Marcineiro, e toda a sua tropa, todos os policiais, que mais uma vez decidiram colocar a vida em risco para restabelecer a ordem social, naquele momento de caos que vivíamos e também de muita apreensão.

Lá em Criciúma incendiaram ônibus, aqui em Florianópolis, na Grande Florianópolis, em São Francisco do Sul, numa rua que dá entrada para a Praia do Forte, uma rua pequena, incendiaram também ônibus, e isso foi reflexo do que aconteceu em algumas outras partes do país.

Em São Paulo, caiu o comandante da Polícia Militar. O governador trocou o comandante da Polícia, porque não deu conta do processo. E aqui, deputado Romildo Titon, em Santa Catarina, a Polícia Militar deu mais uma vez a presença, restabelecendo a ordem social, dando a certeza de que quando tem que combater, mesmo porque a Polícia Militar não tinha nada a ver com esse processo, com o rolo

que estava havendo, deputado Sargento Amauri Soares, o problema era dentro da penitenciária, que acabou resultando fora. Mas a Polícia Militar tanto fez operação dentro do presídio como também aqui fora, que resultou no restabelecimento da ordem pública, dando ao cidadão essa certeza de que quando a Polícia Militar precisa ela está preparada no momento que deve agir; desde o soldado até o comandante-geral estão dispostos a agir, assim como fizeram o juramento de colocar a vida em risco para restabelecer e manter a ordem pública.

Por isso gostaria de fazer este registro e dar parabéns à Polícia Militar por essa ação que restabeleceu a ordem, colocando muito claro o seu papel na sociedade.

Quero que fique registrado também que estamos preparando uma moção parabenizando a essa ação da Polícia Militar, nesses dias em que vivemos o caos dos marginais que tentavam colocar medo na sociedade. Na verdade, eles sabem que quando precisam ou quando estão à frente desse processo, a Polícia Militar está muito atenta para esse momento.

Então, gostaria de deixar registrado, mais uma vez, o meu parabéns à Polícia Militar e dizer que tenho certeza de que esse é o sentimento de todos os deputados desta Casa.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNUES - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Obrigado, deputado.

Eu estava querendo pedir um aparte a v.exa., mas não queria atrapalhar o seu pronunciamento, possivelmente porque vai tratar de novos assuntos nesta Casa. Mas quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento e reiterar o que tem dito como sendo expressão da verdade. Eu mesmo fui interpelado por diversos policiais militares, inclusive aposentados da chamada reserva remunerada, que estavam no propósito de se reapresentar ao quartel, ao local de trabalho para contribuir naquele processo.

Felizmente, isso não foi necessário, pois foi resolvido antes, mas com certeza milhares de outros policiais militares, inclusive os da reserva, estariam aptos a se apresentar para trabalhar.

Então, quero parabenizar todos que trabalharam, embora achando que outras coisas poderiam ter sido feitas, para ser franco no meu pronunciamento.

Entendo que as autoridades naquela questão específica agiram corretamente, como os comandos da Polícia Militar, o próprio secretário da Segurança Pública, ao manter uma situação sob controle, sem criar mais alarme, mais propaganda, mais status para aqueles que estavam fazendo aquelas operações justamente para obter esse status. Às vezes, há algumas críticas de que estão negando o óbvio, de que há um problema, de que há um grupo organizado, mas as autoridades não querem admitir porque o objetivo delas também era fazer uma peça de propaganda. Então, devemos controlar na medida do possível.

Quero parabenizar também, assim como v.exa. o fez, todos os servidores da Segurança que trabalharam de forma intensa naqueles dias, os comandos, evidentemente, das instituições, e parabenizá-lo pelo reconhecimento vindo de v.exa. Isso, para nós, com certeza, como para todos os policiais, é muito importante.

Muito obrigado pelo aparte e desculpa ter-me estendido na fala.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de ouvi-lo, sim, deputado. Isso foi importante porque não sabia dessa questão que v.exa. falou de policiais que já estavam na reserva colocando-se à disposição para naquele momento restabelecer ou ajudar aqueles que estavam efetivamente no trabalho. Isso é muito digno e mostra que quem é policial uma vez sempre será policial.

Estamos vivendo um momento em que no Rio de Janeiro há a banda podre. Estamos vendo que no Rio de Janeiro a Polícia Militar é colocada novamente em xeque e sabemos que em todos os lugares há o lado A e o lado B, e naquele estado as notícias não são boas com relação à Polícia Militar. Mas em Santa Catarina as notícias são boas com relação ao trabalho executado pelos policiais militares em todas as áreas, em todos os escalões.

Por isso quero, mais uma vez, fazer o registro positivo tanto aos policiais militares e aos policiais civis, aos funcionários da secretaria de Cidadania e Justiça pelo trabalho que estão realizando lá, aos agentes penitenciários e a todos que estiveram nesse processo em que Santa Catarina se saiu muito bem com relação a essa questão.

Aproveito o restante do tempo, sr. presidente, para dizer que ontem assisti - não sei se alguns dos deputados assistiu a esse programa, deputado Volnei Morastoni, presidente da comissão de Saúde - o final do programa *Profissão Repórter*, da Rede Globo, que trouxe o problema da doença do alcoolismo.

Impressionante o que vi no programa *Profissão Repórter!* Quem não assistiu deveria procurar assisti-lo. Os repórteres, meus colegas, colocaram o dia a dia de pessoas que ainda sofrem com o problema do alcoolismo, as que estão se recuperando do problema e os que estão entrando.

Chamou-me atenção que uma cidade do estado de Minas Gerais, que tem universidade de artes cênicas, foi considerada a cidade com maior percentual de pessoas que bebem o dobro da média nacional. Esses dados são produzidos pelos alunos de faculdade que moram em repúblicas. E veja só, deputado Volnei Morastoni, morre quase um aluno por dia nas repúblicas por excesso de consumo de álcool naquela cidade. Não lembro o nome da cidade, mas vale a pena as pessoas assistirem a esse programa sobre esse problema drástico. O que mais me chamou atenção foi o caso de uma jovem de vinte e poucos anos, com três filhos e dependente do álcool. As 9h já estava bebendo cachaça em um boteco e às 11h já estava completamente embriagada; o marido chega a casa para almoçar, e a mulher está caída em cima do sofá quase em coma alcoólico.

Parece que esse problema é só para os homens; bêbado é só o homem, malandro. Mas está havendo uma adesão muito forte das mulheres ao álcool, que começam com a cervejinha, na balada, no esquenta, mas torna-se uma dependência e uma doença.

Mostraram também na reportagem uma clínica de recuperação feminina! É impressionante quando vemos mães se recuperando. E uma das mães preparava as malas, porque esperava pelo filho e há um ano e meio ele chegava e dizia que não dava, porque cada vez que ela saía, ela caía.

Esse é um problema sobre o qual precisamos falar. Quando falamos sobre as drogas, lembramos logo do *crack* que está matando, das drogas proibidas, mas pouco falamos sobre a droga legalizada no país, a porta de abertura para as demais drogas, que é o álcool.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero cumprimentar o deputado Kennedy Nunes pela brilhante manifestação em prol daqueles que de fato fizeram o que a população de Santa Catarina merece, mas foram além até do que suas próprias forças permitiram. Na verdade, apesar dos prejuízos materiais, do medo que esses bandidos colocaram na população do nosso estado, a nossa Polícia Militar foi muito ágil, muito competente e não permitiu, sequer, que uma pessoa tivesse qualquer lesão neste episódio. Portanto, cumprimento v.exa. pelo pronunciamento.

Sr. presidente, quero também registrar com certa frustração o vi hoje sobre um novo levantamento da Fiesc expondo a situação da duplicação da BR-101, trecho sul, cuja previsão para conclusão, e levando-se em consideração que os quilômetros para terminar não são muitos, seria para 2017, no entanto, houve um avanço em 2012.

Mas isso nos deixa, de certo modo, frustrado, porque o trecho sul já está desde 2010 em execução e ainda não foi concluído totalmente, ao passo que vemos o Brasil com um crescimento cada vez menor da indústria, buscando competir numa situação difícil, porque temos um elevado custo Brasil. Estou fazendo essa referência para tentar relacionar o alto custo Brasil do nosso sistema precário de infraestrutura, no qual estão embutidas as rodovias, a falta de ferrovias, e estamos trabalhando muito forte nessa direção, mas ainda com muita dificuldade e morosidade, assim como os sistemas portos e aeroportos. Quero crer que o governo dará um passo à frente nesse modelo de concessão, para que a iniciativa privada ajude a resolver os gargalos do custo Brasil.

No entanto, há muitos questionamentos sobre esse modelo de concessão, que não tem sido muito atrativo às empresas. Penso que esse é um fator que deve ser reavaliado, debatido. Inclusive, o governo federal tem que elaborar um modelo que dê maior segurança jurídica não apenas para o sistema de implantação de ferrovias, mas também de rodovias, de portos, de aeroportos, a exemplo da matriz energética brasileira, e aqui faço uma alusão à usina hidroelétrica de Belo Monte, cujas empresas consorciadas, aquelas que ganharam o leilão, agora pedem socorro para que o governo federal recorra ao BNDES para não parar o projeto. Então, o modelo de concessão deve ter limites, evidentemente, equilíbrio, mas deve permitir a empresa investidora ter um retorno para poder reinvestir no próprio negócio e, por conta disso, atrair mais empreendedores, o que, automaticamente, dará mais celeridade na implantação da infraestrutura brasileira.

Concordo, deputado Dirceu Dresch, que o modelo que tivemos no início das concessões das rodovias, o valor estipulado de pedágio, a exemplo do Paraná, Rio Grande do Sul, estava muito elevado para os padrões de investimentos feitos. Em compensação, tivemos um modelo posterior, aplicado na nossa BR-101, que também está fora do equilíbrio. Por conta disso, o prazo de execução do trecho de contorno da Grande Florianópolis venceu, e a obra sequer está em andamento, mais uma falha da ANTT que não exigiu o

cumprimento do contrato. Mas o importante é que esse atual modelo de contrato deve ser aperfeiçoado.

O Sr. Deputado Altair Guidi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Altair Guidi - Gostaria de agradecer esse aparte e dizer a todos que estamos presenciando, nós que fazemos política há 40 anos, que esse Brasil ainda não achou o caminho de como fazer as coisas. Cito como exemplo essas medidas tomadas para baixar o preço da eletricidade para o consumidor, seja indústria ou particular, sem consultar aqueles que investiram. E o que está acontecendo? Tiveram que retroceder.

Há muita coisa estranha neste país, e o melhor momento da economia mundial não foi aproveitado para realizar a infraestrutura necessária.

Hoje temos uma presidente petulante, talvez ignorante, que quer ensinar a Europa como sair da crise. Infelizmente, estamos entrando em crise. Estão falando em PIB de 4% ou 3% - e para mim pouco importa se é 3% ou 4%, o que me interessa é que o povo viva melhor -, mas eu tenho certeza de que o nosso PIB não vai passar de 2.2%. Essa é uma área que eu entendo, pois trabalho nela, estudo e sei que isso será uma verdade. Somente não será se acontecer um fato extraordinário.

Então, vejam o que está acontecendo com o dinheiro do povo brasileiro. O dinheiro do povo está financiando Belo Monte, quando deveria ser pela iniciativa privada.

Se eu for falar em economia neste país, não adiantará porque eles não escutam. Eles têm a base de toda a comunicação social e comunicam àquele povo que não sabe ver as coisas, e infelizmente, isso acontece, e quem sabe ver de forma nenhuma é ouvido.

Então, é um problema sério. O nosso país vai entrar em parafuso, se a Oposição não se organizar para mudá-lo!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Ao concluir a minha fala, quero incorporar ao meu pronunciamento a manifestação do deputado Altair Guidi.

De fato, há alguns avanços, mas também têm que ser revistas algumas ações, como é o caso da usina Belo Monte, porque agora o dinheiro do BNDES é dinheiro público. Portanto, o setor privado vai acabar pegando dinheiro público, ou o próprio governo.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra e tendo em vista que faltam 16 minutos para iniciarmos a Ordem do Dia e também que existe um acordo de lideranças, vamos suspender a sessão até as 16h, quando iniciaremos a discussão e votação de projetos.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, antes que v.exa. comece a Ordem do Dia, quero registrar a presença do

nosso prefeito eleito Idacir Rosso e do nosso vice-prefeito Luiz Diniz, da cidade de Xaxim. Estão aqui já buscando o entendimento, o trabalho e projetos para o mandato deles a partir do ano que vem.

Eu quero deixar, tenho certeza, que posso fazer em nome de todos os parlamentares, as boas-vindas a vocês aqui. Podem contar sempre com este Parlamento.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, também quero registrar a presença do nosso prefeito Chela, do município de Treze de Maio. Ele está terminando oito anos de mandato, é um prefeito que a cada ano tem suas contas são aprovadas, sem nenhuma restrição, pelo Tribunal de Contas, que já é um grande feito. Ele também fez o seu sucessor, deputado Zé Nei, com a contribuição de v.exa. E também está aqui o prefeito Keka, que junto com o PSDB, PDS, conseguiu romper a barreira de oito para 12 anos de gestão em Treze de Maio.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0280/2012, 0308/2012, 0315/2012, 0395/2012 e 0615/2012, todos de entidade social encaminhando documentação para manutenção de título.

A comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0271/2012, 0449/2012, 0567/2012 e 0637/2012, todos de entidade social encaminhando documentação para manutenção de título.

Ofícios n.s 0651/2012 e 0652/2012, da comissão de Avaliação e Fiscalização, que encaminha relatórios de avaliação de execução de contratos de gestão.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0328/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0289/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que declara de utilidade pública a Casa de Apoio a Pessoas com Câncer Maria Tereza, com sede no município de Criciúma.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0290/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, 0345/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer, 0297/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, e 0319/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que declaram de utilidade pública várias entidades.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que os aprovam permanecem como se encontram.

Aprovados.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0001/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que consolida as resoluções que dispõem sobre as comendas e as honrarias instituídas pela Assembleia Legislativa.

Ao presente projeto foi acrescentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0251/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, que dispõe sobre a proibição de cobrança ou repasse do ônus sobre a confecção, expedição ou remessa de carnês e boletos bancários e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apensado o Projeto de Lei n. 0306/2011 e apresentadas emenda substitutiva global, subemendas modificativas e subemenda aditiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0358/2012, de autoria do deputado Sandro Silva, que institui o Dia Estadual do Vereador Mirim no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Solicito aos srs. deputados que registrem suas presenças para que possamos fazer a verificação de quórum, a fim de que possamos votar ou não o projeto de lei que está para ser votado.

(Procede-se à verificação de quórum no painel eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	presente
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	presente
DEPUTADO CÉSAR SOUZA JUNIOR	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	presente
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	presente
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	
DEPUTADO GELSON MERISIO	presente
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	presente
DEPUTADO JAILSON LIMA	presente
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	presente
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	presente
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	presente
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	presente
DEPUTADO KENNEDY NUNES	presente
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	presente
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	presente
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	presente
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	presente
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	presente
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	presente
DEPUTADO SERAFIM VENZON	presente
DEPUTADO SILVIO DREVECK	presente
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	presente

Temos um quórum bastante exíguo, de 21 srs. parlamentares, para votar o Projeto de Lei Complementar n. 0033, fruto de entendimento nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação e que altera a Lei n. 0407/2008.

Para que essa matéria seja votada hoje, tem que haver entendimento de que poderá ser aprovada com o quórum bastante exíguo. Caso contrário, deixaremos para outro dia.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, é aquele dos arts. 170 e 171?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sim, deputado.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Eu proponho que se deixe para a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Penso que é mais prudente.

Está retirada de pauta a matéria proposta.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0458/2012 e 0459/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0460/2012, de autoria da liderança do PP; 0461/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0462/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0463/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0464/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1.082/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, e 1.083/2012, de autoria do deputado Reno Caramori.

Moção n. 0061/2012, de autoria do deputado Silvio Dreveck, a ser encaminhada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, apelando para que interceda junto ao ministério dos Transportes para a construção de uma passarela no KM 211 da BR-101, no município de São José.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0094/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações sobre quando serão liberados os recursos financeiros para a aquisição das máquinas de hemodiálise para os municípios de Blumenau e Timbó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, sobre a mesa requerimento de autoria do deputado José Milton Scheffer, que pede a suspensão da sessão por até dez minutos, para que o coordenador do projeto da Associação Amor para Down, Michel Dias, possa apresentar o portfólio dos projetos da entidade.

Está suspensa a presente sessão por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão ordinária.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, quero me dirigir especificamente à comissão executiva da Associação Amor para Down, de Balneário Camboriú, que veio aqui fazer exposição do trabalho que faz. Certamente, essa atitude que acontece em Balneário Camboriú acontece, graças a Deus, sempre por iniciativa da sociedade e em inúmeras cidades de Santa Catarina.

Então, parabéns a essa associação que faz esse trabalho. Essa é uma forma de chamar a atenção de todos nós, como dizia aqui o deputado José Milton Scheffer, da importância do processo de inclusão social, pois as pessoas têm direito à qualidade de vida, a viver bem, a viver integrada com os demais, mas se não houver empenho da sociedade, irão ficar à margem.

Por isso, meus cumprimentos a essa associação.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Também gostaria de corroborar neste momento importantíssimo da Associação Amor para Down, de Balneário Camboriú, onde tivemos e temos o privilégio de conviver com essas crianças, de conviver com essa família e, acima de tudo, de conviver com as pessoas que têm dentro de seu coração um amor muito maior do que atender às crianças no momento em que necessitam de uma mão amiga e de uma mão estendida, para que possam ter igualdade de convivência na comunidade que escolheram para viver.

Então, em nome do Carlos e do Tiago, agradeço todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboram para que a Associação de Amor para Down, de Balneário Camboriú, tenha condição de sobreviver.

Como parlamentar sou adepto a essas causas. Já estive e vou estar novamente lá. Sou um parceiro incondicional da associação, porque entendo que fazem o bem para os outros.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, antes de abordar a temática da minha rápida intervenção nesta tarde, o Dia Internacional do Voluntariado, gostaria de registrar a satisfação de ter participado nesta manhã, com vários deputados, da abertura do congresso anual da Uvesc - União dos Vereadores de Santa Catarina. Foi uma belíssima cerimônia, que contou com vereadores de todos os municípios de Santa Catarina, parabenizando pela função democrática e participativa dos vereadores na função de fiscalizar, legislar e intermediar entre o poder público e a comunidade, nos diferentes municípios de Santa Catarina.

A maioria dos deputados que aqui estão tiveram a oportunidade de passar pelas câmaras legislativas, assim como eu que estive durante 11 anos na cidade de Blumenau. E sabemos da importância para a democracia da função e do papel dos vereadores.

Registro também a satisfação de ter ouvido, nesse princípio de tarde, o planejamento do governo do estado. O sr. governador teve a oportunidade de explanar as propostas de investimentos para 2013 nas diferentes áreas, investimentos na saúde, na segurança, na infraestrutura, deputado Marcos Vieira, v.exa. que está com a varinha de condão para o Orçamento de 2013. E ficamos animados com os números e as perspectivas de investimentos para 2013 do governo do estado de Santa Catarina, em todas as regiões do estado.

Aproveitando a homenagem e a intervenção que tivemos, neste plenário, da Associação Amor para Down, parabenizando-os inclusive pela bela organização do trabalho, quero ressaltar nesta tarde, dia 5 de dezembro, Dia Internacional do Voluntariado, instituído pela ONU, uma data criada para incentivar e valorizar o serviço voluntário em todos os países do mundo. Nós sabemos que, quando se fala em voluntário, pressupõe-se a disposição de doar talento, energia, tempo e recursos e de investir suas vocações e habilidades em servir ao próximo. E o voluntariado merece de fato os nossos aplausos.

O ato voluntário exige renúncia. O ato voluntário exige coragem, disposição, paixão e compaixão, generosidade, compromisso, enfim, disposição para aliviar o sofrimento do próximo. Por isso, nesta data, cinco de dezembro, Dia Internacional do Voluntariado, queremos parabenizar todos esses agentes de melhorias sociais, esses semeadores de boas ações.

Uma pesquisa feita recentemente nos dá conta que hoje no Brasil temos pelo menos cem mil organizações não governamentais, que na sua maioria contam com pessoas voluntárias na sua direção e na operacionalização das suas atividades. Poderíamos, aqui, citar tantas organizações como essa que tivemos a oportunidade de conhecer, hoje, Associação Amor pra Down ou as nossas Apaes.

Recebia ontem, por exemplo, a diretoria da Apae de Gaspar, com mais de 200 internos, um bellissimo projeto naquela cidade. Poderíamos falar de clubes de mães, dos escoteiros, das nossas creches, dos asilos, dos hospitais, que têm sempre os seus grupos de voluntários, das igrejas, das associações de moradores, em especial falo aqui e faço referência às comunidades terapêuticas em todo país e no estado de Santa Catarina, mais de uma centena delas, que contam nos seus quadros com pessoas voluntárias, como disse,

que doam os seus talentos, as suas habilidades, os seus recursos, as suas energias, investindo no próximo. A eles o nosso reconhecimento, deputado Maurício Eskudlark, V.Exa. que também trabalha nessa área social, o nosso reconhecimento a esses milhares e milhares de voluntários que no anonimato, absolutamente no anonimato, fazem esse trabalho fantástico em todo mundo, em especial em nosso país e por que não dizer em terras catarinenses.

A eles eu dedico o poema de Maurício Ceutim, quando diz:

(Passa a ler.)

"[...]"

Se não houver frutos, valeu a beleza das flores;

Se não houver folhas, valeu a sombra que elas proporcionam;

Se não houver folhas, valeu a intenção da semente."

E é essa a intenção da semente de se doar, de se dedicar, de oferecer talentos, habilidades, recursos, energias, tempo, em amenizar a dor do próximo, que queremos aplaudir, nesta tarde, o Dia Mundial do Voluntariado.

Parabéns a todos vocês que de uma forma ou de outra constroem esta nação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, público que está presente, vereadores que estão participando de mais um congresso da União dos Vereadores de Santa Catarina, nossa Uvesc. Entidade que eu tive a honra e orgulho de presidir quando vereador.

Tive a oportunidade, deputado Ismael dos Santos, por oito anos, dois mandatos ser vereador, presidente da Câmara de Vereadores e também a oportunidade de presidir a União de Vereadores de Santa Catarina.

Quero parabenizar Adiles Ranpi Bregalda, que é presidente, ela está respondendo pela Presidência. O presidente Itamar está licenciado.

É um grande evento que conta com quase seiscentos participantes de todo o estado. E nós sabemos do trabalho que a União dos Vereadores faz para aprimorar os conhecimentos, para fortalecer.

Vejo aqui o vereador Leonir Corrêa, de Planalto Alegre, junto com a sua filha, com o prefeito, vice-prefeito e demais vereadores que também estão participando desse evento. E a Uvesc, como disse, é uma preocupação muito grande de orientação aos senhores vereadores, de trazer o Tribunal de Contas para fazer palestras, o Ministério Público, enfim, todas as autoridades. E é, com certeza, a mais forte representação da democracia, deputado Serafim Venzon.

O vereador, que é a linha de frente, ouve a sociedade. E entendo que já houve um grande equívoco em querer reduzir o número de vereadores em nível de Santa Catarina e de Brasil, porque quanto maior a representatividade, quanto maior o número de vereadores no município, mais representada aquela comunidade. Então, o que se tem que reduzir é o gasto, o repasse à Câmara, mas deve-se deixar a representatividade. Um maior número de vereadores representa maior possibilidade de eleição de todas as comunidades e não fazer com que muitas vezes prevaleça mais a força de quem tem poder econômico, político. E assim, com um número

maior de vagas de vereadores, certamente a comunidade ficará bem representada.

Foi um grande equívoco essa briga para se reduzir o número de vereadores. E agora temos algumas disparidades. Por exemplo, Balneário Camboriú, que é representado por dez vereadores, entendo que é um número pequeno para o município pela importância, pela população, pelo eleitorado, sendo que ao lado temos o município de Camboriú que tem 13 ou 15 vagas, bem mais vagas do que Balneário Camboriú. Então, distorções têm que ser corrigidas.

Vejo aqui os meus colegas vereadores de Cunhataí, enfim, todo o estado está representado nesse encontro.

Temos que valorizar, sim, o vereador, que é a força da democracia. O cidadão quando precisa buscar uma lei, uma informação, a primeira pessoa que ele se socorre é no vereador; por isso, temos que fortalecer.

Parabéns à União dos Vereadores, parabéns às autoridades, ao Tribunal de Contas que participa, orienta e fomenta dessa forma a atividade dos senhores vereadores.

Também com referência ao convite que foi feito para o encontro abra seu coração, para o amor de Down, permita o amor agir em sua vida e que teremos em Balneário Camboriú, no Class Loungue, dia 12/12, às 20h, o primeiro *show* de Natal da Associação dos Pais.

Então, é muito importante que a comunidade participe, e quero parabenizar os deputados que têm dado um apoio muito importante.

Quero deixar o meu abraço ao Carlos que se tem empenhado e trabalhado bastante na proteção e no trabalho dos amigos de Down. O Thiago, a Bruna, uma menina muito querida do referido município e que sempre que pode está no *Facebook* e no *Youtube*. Ela entra e chama para conversar sobre a Associação Amor pra Down, em Balneário Camboriú. Até mandei o meu abraço, através do Thiago e do Carlos, para ela.

Portanto, é muito importante. E ficamos felizes pela participação efetiva de deputados, da sociedade como um todo, e dessa nossa sociedade que é tão importante, pois precisamos muito do amor e da colaboração.

Nós tivemos, srs. deputados e público que nos acompanha, uma reunião na comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa. E nessa reunião da comissão, presidida pelo deputado Gilmar Knaesel, deputado Valmir Comin, tivemos a apresentação do projeto Malharia Social.

Parabenizo o Felipe Rodrigues, autor e coordenador do projeto. Ele dava cursos, dava aula dentro do presídio feminino da capital e verificava ali algumas reclusas, algumas presas que estão cumprindo pena prestando serviços externos e não recebendo uma remuneração digna. Ele foi atrás, buscou parcerias com o Senac.

Hoje a Maria Alice do Senac estava ali participando. O professor Jorge Dalsan, coordenador do curso de designer de moda da faculdade Estácio de Sá, a professora Neide, coordenadora do núcleo de Ecomoda, o Sidnei Dirsenabel, o técnico em máquinas de costura das faculdades Estácio de Sá, Unisul e Udesc fez uma avaliação das máquinas que os empresários cederam para a implantação do projeto Malharia Social dentro da penitenciária feminina.

Os empresários, deputado Serafim Venzon, contribuíram com máquinas de primeira qualidade para que se implante um programa em que essas presas possam trabalhar, resgatar a sua dignidade.

Foi bem avaliado o homem, aquele que vai para a prisão, que pelas leis deles não pode ser abandonados pela mulher. E com a mulher, quando vai para a prisão, a primeira coisa que acontece é ser abandonada pelo marido.

Então, na verdade, aquelas mulheres que ficam cumprindo pena ficam longe de seus filhos, dos seus maridos, dos seus familiares. E o Felipe Rodrigues coordena esse trabalho de reinserção de oportunidade de emprego e de formação a essas mulheres.

Então, esse projeto Malharia Social agora contou com o apoio da comissão de Segurança, através do Deputado Gilmar Knaesel e através das empresas e dessas pessoas envolvidas querendo dar a sua cota de participação. Participaram o Alexandre Rosa, que é psicólogo e presidente do Instituto Conviver, que fará um acompanhamento psicológico das reeducandas. O dr. Alexandre Takachima, juiz corregedor, participou e deu seu depoimento e seu apoio.

Então, parabeno essa iniciativa do Felipe Rodrigues, de todas essas autoridades, para que as reeducandas do presídio feminino venham a ter a oportunidade de ter uma formação profissional. Vão sair dali qualificadas, motivadas, com trabalho psicológico de recuperação do seu amor próprio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital.

Cumprimento todos aqueles que nos acompanham nas galerias desta Casa, começando pelo prefeito de Guabiruba, ele que já formou seu secretariado e já está pronto para iniciar o governo a partir do dia 1º de janeiro, no nosso querido município de Guabiruba, vizinho de Brusque.

Quero cumprimentar também, e está aqui nos acompanhando, o gerente regional da assistência social.

Hoje é o Dia do Voluntariado. Infelizmente, todas as grandes ações ou as ações de assistência social tiveram início pela boa vontade das pessoas, e ainda continua sendo assim. Mas o ideal seria que a assistência social fosse encampada, como já está sendo parcialmente, pelo governo, como uma política de inserção social e não apenas como uma ação misericordiosa. A ação de misericórdia, a doação, a ação voluntária, é muito importante, mas o governo como um todo precisa fazer isso como uma política de inserção, como faz agora o governo Raimundo Colombo.

Vi agora para o orçamento do próximo ano que estão previstos mais de R\$ 59 milhões principalmente em obras na construção de Cras, Creas, na construção de centros-dia, enfim, num conjunto de ações, também para a compra de carros, na mobilização de equipes, tudo isso para transformar, para profissionalizar a assistência social do estado. E que essa seja uma ação verdadeiramente política.

Eu, em nome do sr. Armando Dal Bosco, gerente regional, cumprimento todos os gerentes de assistência social, que são 36 espalhados pelo estado de Santa Catarina, além naturalmente da secretaria de Assistência Social, que promete fazer uma grande ação no próximo ano, dirigida para as crianças e adolescentes, através do Fundo da Infância e da Adolescência, fundo este que existe em nível de estado e em nível municipal. É um grande instrumento para os prefeitos utilizarem os 6% do Imposto de Renda das pessoas físicas e 1%

das pessoas jurídicas em ações voltadas diretamente para as crianças - e os prefeitos poderão usar em seu município, graças a uma alteração que o Conanda, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, permitiu para esses projetos cancelados.

Cumprimento também, sr. presidente, o vereador Antônio Carlos Contezini, do Rio do Campo, que veio com uma comitiva dessa cidade. E em seu nome quero saudar mais de 500, 600 vereadores que hoje estão na Assembleia Legislativa, num grande encontro promovido pela União Estadual de Vereadores de Santa Catarina, e que se preparam para iniciar a próxima legislatura, muitos continuando o seu mandato, todos aproveitando a oportunidade, a experiência adquirida dos que já são vereadores há mais tempo, enfim, todo o estado está aqui representado.

No último final de semana, no dia primeiro de dezembro, o governador Raimundo Colombo inaugurou o segmento da rodovia SC-112 com o nome de Arthur Pagani, aliás, rodovia que foi denominada por um projeto de lei pelo nosso deputado Marcos Vieira.

Arthur Pagani, conforme o deputado Valmir Comin, é natural de Nova Veneza, da cidade de Criciúma, sendo que subiu a serra e promoveu o desenvolvimento da região serrana, em 1935, 1936, 1937. Ele construiu com picaretas, com alavancas, essa estrada que vai de Urupema a Rio Rufino, e depois de muitos anos, depois de quase um século, essa rodovia foi asfaltada.

É intenção de o governador seguir o asfalto da SC-112, que vai a Rio Rufino, de Rio Rufino a Urubici, e de Urubici, através da Serra do Corvo Branco, descendo para o nosso litoral.

Então, quero cumprimentar e parabenizar, em nome do pessoal de Urupema, o pessoal de Rio Rufino, pois fica mais próximo para quem é de Rio Rufino se deslocar para Lages e para quem é de Urupema vir mais facilmente para Florianópolis, visto que agora não há mais aqueles 19 Km, 20 Km de chão batido, que eram extremamente ruins.

Sr. presidente, quero registrar que está presente nesta Casa o vereador Reinaldo Pagani de Almeida, que é neto do sr. Arthur Pagani, que levou o nome dessa rodovia tão importante.

Quero saudar aqui também o prefeito eleito Edelvânio Tupanotti, de Bom Jardim da Serra, que se elegeu recentemente pelo PSDB. O município de Bom Jardim é de fato um enorme jardim, com 935 Km², com mais de 1.200km de estradas municipais, e, segundo o prefeito, dificilmente se consegue passar em todas as estradas municipais. A grande dificuldade é devido ao pequeno orçamento do município que tem, aproximadamente, 4.500, 5.000 habitantes. Naturalmente, tem uma densidade demográfica e um orçamento muito pequeno, o que o torna incapaz de dar a devida conservação, a conservação que merecem os produtores rurais daquele município, justamente pelo baixo orçamento, pela baixa renda do município que depende de parte do retorno do ICMS que vem do FPM.

Agora, está abrindo uma grande luz no fim do túnel porque em Bom Jardim da Serra foi implantado, já no ano passado, um parque eólico com 60 torres onde foram instalados 60 aerogeradores que produzem 93 megawatts de energia elétrica. Para se ter uma ideia, sr. presidente, 93 megawatts correspondem à metade do que produz a hidroelétrica de Salto Pilão com o Rio Itajaí-Açu. Somente os 60 aerogeradores correspondem à metade do que é produzido em Salto Pilão do Rio Itajaí-Açu, que já está com o projeto aprovado. Em breve, será feita a implantação de outro parque eólico

com mais de 150 torres, onde serão instalados os aerogeradores de então. E na proporção que foram instalados esses aerogeradores, é muito provável que os 150 aerogeradores gerem acima ou próximo ou mais de 200 megawatts, ultrapassando, então, a quantidade de energia produzida pelo Rio Itajaí-Açu.

Foi uma grande sorte, digamos assim, a instalação desses aerogeradores em Bom Jardim da Serra, e torcemos que nos próximos anos isso vá significar, em termos de royalties, um grande retorno para Bom Jardim da Serra e, sem dúvida alguma, dará uma qualidade de vida melhor para os habitantes de Bom Jardim da Serra, como disse, um grande jardim, mas infelizmente difícil de mantê-lo pela baixa arrecadação de agora, mas que terá seguramente, neste momento, os aerogeradores funcionando.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, quero me reportar à eleição para a nova diretoria e do conselho fiscal da Aprasc, quando tivemos a participação de 3.800 praças em todo o estado. Nessa eleição duas chapas concorreram. Alguns dos antigos diretores saíram. E entraram novos. E sou um dos que saíram, assim como o Manoel João da Costa, conhecido como Jota Costa, e o Edilson. Na Presidência, eu e o Jota Costa nos revezamos ao longo desses mais de 11 anos.

No processo eleitoral, a chapa 1, que representa a continuidade do trabalho, foi encabeçada pelo soldado Elizandro Lotim de Souza, de Joinville, junto com outros 48 companheiros de todas as regiões do estado. A chapa 2, curiosamente, era também da cidade de Joinville. Uma era uma chapa estadual, de todas as regiões, mas na cidade de Joinville alguns praças formaram uma chapa, meio que de protesto ou pelas divergências que têm com o Lotim, em Joinville.

O resultado foi 94% para a chapa 1, 5% para a chapa 2 e o resto de votos brancos e nulos. Isso era mais ou menos esperado, até pela representatividade da chapa 1.

Então, queremos desejar boa-sorte aos companheiros que estão assumindo a Aprasc a partir da semana que vem. O ato de posse será no dia 12, às 20h, no clube Novo Horizonte, ao lado da OAB, na Agrônômica.

Convidamos todos os interessados, praças, aliados dos praças, amigos dos praças, todos os deputados, para esse ato de posse.

Para nós é um misto de saudade e de alegria também saber que conseguimos fazer esse processo de transição com algumas figuras saindo da diretoria, aqueles mais antigos e persistentes ali dentro. Esse era um desafio que tínhamos e felizmente estamos conseguindo fazer isso.

Pedimos o apoio de todos especialmente ao soldado Lotim que terá a tarefa árdua de estar à frente desse processo e da nossa categoria, nos próximos três anos.

Preciso também registrar o falecimento do professor Valmir Martins, na última sexta-feira. Conheci esse cidadão no início da década de 90, quando estudei na UFSC, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Ele foi diretor do Centro naquele período e era um militante, entre outros, da luta popular. Ele me ensinou muito e tem uma parcela de contribuição naquilo que temos como princípios e que defendemos aqui, evidentemente que com divergências políticas também, pois não se pode suprimi-las.

Mas quero dizer que o professor Valmir Martins foi um grande militante da causa popular aqui no estado de Santa Catarina. Ele fundou o Partido dos Trabalhadores no começo da década de 80, foi um dos militantes da Novembro, em 1979, e desde 2005, 2006 estava filiado ao PSOL - Partido de Socialismo e Liberdade -, pelo qual, inclusive, foi candidato a governador na última eleição, em 2010.

Então, gostaria de prestar a nossa singela, mas sincera e agradecida homenagem pela militância do professor Valmir Martins. A nossa solidariedade a todos os familiares e companheiros mais próximos, especialmente aos militantes do PSOL.

Por fim, como não podemos deixar passar em branco, estamos na quarta-feira, amanhã já é quinta-feira e mais uma vez fecham-se as cortinas, ou melhor, desligam-se os microfones desta Assembleia Legislativa. Depois, reabrem apenas na próxima terça-feira.

A greve dos trabalhadores da saúde pública do estado de Santa Catarina continua no seu 44º dia. E essa, evidentemente, é a situação, a meu ver, mais agonizante. Temos vários assuntos pendentes para tratar aqui, especialmente na área da Segurança Pública, mas estando a saúde pública em greve, o problema central, na nossa forma de ver, é esse.

Hoje pela manhã houve uma audiência pública de prestação de contas neste plenário, inclusive o secretário Dalmo Claro de Oliveira esteve presente e esclareceu algumas questões, como, por exemplo, que o tomógrafo que está numa tal caixa lá no corredor do Hospital Regional de São José não é o novo, que já teria sido instalado naquele hospital, e está em funcionamento, e o tomógrafo velho, que estava lá, foi colocado numa caixa e deverá ser instalado no Hospital Nereu Ramos, mas já

está há um ano e meio esperando a execução de obras naquele hospital para conseguir espaço, estrutura física. E a população precisa de tomografia.

O secretário explicou também que foi o comitê gestor do governo do estado que resolveu contratar 600 servidores para o Hospital Regional de São José e nenhum para os outros hospitais. E isso foi e é a causa da greve. Faltam 2.400 servidores na saúde pública no nosso estado, isso apenas para manter o serviço já oferecido. Esse é o cálculo aproximado do Conselho Regional de Enfermagem.

O comitê gestor, segundo informou o secretário Dalmo Claro de Oliveira, resolveu contratar 600 funcionários apenas para o Hospital Regional de São José e nenhum para os outros nem mesmo para o Instituto de Cardiologia que funciona dentro do mesmo prédio do Hospital Regional e que fechou recentemente 22 leitos e a emergência por falta de servidores.

O diretor disse, na semana passada, que isso não é um problema causado pela greve, que é um problema causado pela falta de servidores e que não vai reabrir quando terminar a greve. E no mesmo prédio, o Hospital Regional, foram contratados 600 - na verdade apresentaram-se quinhentos e poucos -, e isso provocou a greve porque o diretor disse: "Agora não tem mais hora/plantão para ninguém" - e hora-plantão é boa parte, 75%, do salário dos servidores.

Lidamos para tentar entender o porquê dessa lógica. Bom, agora sabemos o responsável: o comitê gestor. Estamos peleando para entender qual é a lógica, o raciocínio, a racionalidade de uma decisão como essa. Por que não contrataram, por exemplo, 60 para cada hospital?

O governador precisa desistir de transferir os hospitais públicos para organizações sociais, iniciativa privada; precisa dar meia volta nessa tática e precisa definir gestores públicos comprometidos com a coisa pública para começar a fazer funcionar o serviço público de saúde, para começar a melhorar o serviço público de saúde. A greve não vai terminar sem uma negociação razoável por parte do governo, e esta é a realidade. Esperamos que não se passe o Natal e o Ano-Novo nessa situação!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, gostaria de agradecer ao pessoal que deu assessoria à Mesa Diretora para que pudesse executar os seus trabalhos, ao pessoal da Polícia Militar, que deu a devida segurança para a continuidade dos trabalhos na Casa, aos funcionários que trabalharam em plenário e àqueles que também proporcionaram a possibilidade de terminarmos os trabalhos no dia de hoje.

Muito obrigado, também, ao pessoal da TVAL, da imprensa e, especialmente, a você que acompanha pela TVAL os nossos trabalhos na Assembleia Legislativa.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, especial, para hoje, às 19h, para a Certificação de Responsabilidade Social - 2012, que terá na presidência o deputado Moacir Sopelsa, representando o presidente.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 122ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Carlos Chiodini - Darcy De Matos - Dirceu Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Gelson Merisio - Ismael Dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro De Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sílvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Itá e comitiva.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Enfatiza a importância do extensionista rural; reporta-se à redução da tarifa de energia elétrica.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Destaca o parque eólico de Bom Jardim da Serra; pede apoio para projeto de sua autoria que altera a Lei n. 15.688.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a presença de autoridades ligadas à agricultura, que vieram comemorar o Dia do Extensionista Rural.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Ressalta a importância de Oscar Niemeyer na

arquitetura e na vida política nacional; manifesta inconformismo com a inércia do governo diante da greve da Saúde.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (pela ordem) - Cumprimenta os profissionais pelo Dia do Extensionista Rural.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Elogia a sra. Elisabete Silva, extensionista rural da Epagri.

DEPUTADO VALMIR COMIN (pela ordem) - Cumprimenta os extensionistas rurais pelo seu dia.

Partidos Políticos

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Tece comentários a respeito do relatório de gestão da secretaria estadual da Saúde.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Ressalta a importância do extensionista rural.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se à luta de Bandeirantes e do extremo oeste contra implantação da reserva indígena no município.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Presta homenagem aos extensionistas rurais; cumprimenta o senador Casildo Maldaner pelos 50 anos de vida pública.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Reconhece a trajetória política do senador Casildo Maldaner.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Reporta-se ao Dia do Extensionista Rural e à greve da Saúde; presta homenagem a Oscar Niemeyer.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (pela ordem) - Registra a presença de inúmeras autoridades do interior do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença do prefeito Egidio Gritti, de Itá, que está aqui acompanhado de uma comitiva fazendo tratativas de interesse de seu município.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero cumprimentar todos os que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, todos os srs. e sras. deputadas, o prefeito Gritti, lá da nossa querida cidade de Itá, e os demais aqui presentes.

Desejo aproveitar este momento, sr. presidente, para cumprimentar a Uvesc pela exitosa articulação que realizou, resultando no grande número de Câmaras Municipais presentes no seu evento. Trata-se de uma entidade importante que sempre defendo, pois reúne os vereadores para discutir seus problemas e desafios.

Deputado Neodi Saretta, tramita no Congresso Nacional projeto de lei complementar que prevê que os vereadores de cidades com menos de 50 mil habitantes não receberiam mais remuneração para prestar serviços nas Câmaras Municipais. Entendemos, srs. deputados, que esse não é o problema do nosso país, pois há muitos outros que precisam ser enfrentados e o faremos num próximo período.

Quero, sr. presidente, lembrar que hoje, dia 6 de dezembro, é o Dia Estadual do Extensionista Rural, criado por lei de nossa iniciativa. O extensionista rural muito tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura catarinense, em especial para a agricultura familiar; tem contribuído também no debate para a construção do desenvolvimento da economia, já que a agricultura representa 30% do PIB catarinense e mais de 30% da balança comercial de Santa Catarina.

Além disso, mais de 70% dos alimentos que vão para a mesa do povo brasileiro provêm da agricultura familiar, pois o nosso estado é um estado de pequenas propriedades, deputado Silvio Dreveck, um exemplo, inclusive, que pode ser seguido por muitos estados brasileiros.

Temos acompanhado, deputado Gelson Merisio, os municípios que possuem suas áreas bem divididas em pequenas propriedades, cujo Índice de Desenvolvimento Humano é alto, ou seja, a qualidade de vida do povo é melhor, a exemplo do meu município, Saudades, que possui uma agricultura bem desenvolvida, onde todas as pequenas propriedades em média têm 12ha e onde existe emprego na cidade e boas condições de vida no campo.

Então, nesses anos todos, mesmo questionando o modelo de desenvolvimento de Santa Catarina, em função do maciço uso de agrotóxicos na agricultura, estamos numa luta importante e o grande desafio é pensar alternativas de renda, de forma do uso da terra, de produção de alimentos de qualidade, porque isso faz, sim, a diferença, tanto no que se refere à qualidade de vida e à saúde dos agricultores, quanto dos consumidores.

Por isso, a nossa grande luta nesta Casa dirige-se ao projeto da alimentação escolar orgânica e entendemos que os extensionistas e os agrônomos que atuam na agricultura catarinense, sejam da Epagri, de ONGs ou de prefeituras municipais, devem ajudar nessa tarefa, cumprindo uma função econômica, social e cultural nas comunidades e desenvolvendo o nosso estado.

Espero que possamos discutir, sim, o papel das empresas públicas, pois lamentavelmente a cada semana temos notícias sobre o desmonte de empresas. Cito como exemplo a Cidasc, que está sendo enfraquecida, cujos profissionais não vêm sendo valorizados, pois

há muito tempo vem reivindicando um salário digno para a categoria, até para recuperar as perdas da inflação desses anos todos.

Assim, temos o grande desafio de discutir um projeto de desenvolvimento de qualidade sustentável e solidária para este estado; de discutir o fortalecimento das empresas públicas para que possam cumprir a função que vêm desempenhando esses anos todos; de valorizar os nossos profissionais; de discutir a problemática do clima em Santa Catarina, seja a questão das enchentes, das estiagens que acontecem no estado prejudicando a produção; de enfrentar o modelo de agricultura que este estado pratica quanto aos insumos e aos agrotóxicos, para que a merenda escolar seja de qualidade e não com produtos geneticamente modificados, porque não se sabe os impactos que isso causa no ser humano.

Queremos discutir também hoje como vamos construir e implantar uma lei federal de assistência técnica e extensão rural, criar uma legislação nacional, uma estratégia de acompanhamento dos agricultores por uma extensão rural com assistência técnica e pesquisa que possa de fato valorizá-la, trazendo uma nova perspectiva de vida para o meio rural brasileiro.

Então, o desafio é melhorar o que já existe e aquilo que há de exemplo em vários estados brasileiros que possa servir também de experiência para a construção dessa nova estratégia de desenvolvimento neste país.

Quero dizer que a presidente Dilma Rousseff está provocando uma grande discussão sobre a redução da tarifa de energia elétrica. A população de baixa renda, bem como as entidades e as empresas, vem reclamando do custo Brasil, do alto custo da energia. Então, o governo está-se propondo a fazer essa discussão. Agora, infelizmente, percebemos que, em alguns estados, algumas lideranças já trazem esse debate para a disputa da eleição presidencial de 2014. Não pode ser assim. Nós queremos avançar numa estratégia de diminuir o custo da energia elétrica. Isso não pode ser uma batalha eleitoral, precisa ser uma discussão séria, que possa trazer para o Brasil um benefício importante que vem também com a redução do custo da energia elétrica.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, quero cumprimentar de forma especial todos os vereadores e lideranças políticas que estão nas galerias desta Casa, que vieram para o encontro da União Estadual de Vereadores e que acompanham também a nossa sessão.

Cumprimento o vice-prefeito eleito de Vidal Ramos, Laércio Cruz, o Stamberg, o presidente do PSDB daquela cidade, Henrique Duarte Júnior, bem como o vice-prefeito eleito, vereador Aristides Valentini, de Taíó.

Quero destacar ainda a presença do sr. Hélio Guedes, lá de Bom Jardim da Serra, que no último final de semana recebeu na sua fazenda de Capão Rico a Associação dos Proprietários e Produtores de Energia Eólica daquela cidade.

Ontem mesmo me referi a esse parque eólico, que tem 62 aerogeradores que produzem 93 megawatts de energia. Foi criada a associação, visto que os aerogeradores são instalados em propriedades privadas, porque a

holding Impsa Wind não compra os terrenos, paga aluguel mensal de acordo com o número de aerogeradores que são instalados em cada unidade.

Nesse encontro lembrei-me de um projeto de lei que eu já estava articulando na assessoria legislativa desta Casa, que agora apresentei, que tem o número 0382/2012 e que se refere aos agricultores, aos produtores rurais.

Este ano o deputado José Milton Scheffer apresentou um projeto de lei que se referia especificamente aos produtores de bananas. Porque a banana era vendida em caixas e cada caixa era comprada pelo intermediário por um peso aproximado de 20kg, a um custo de R\$ 12,00, R\$ 13,00 ou R\$ 15,00 no máximo. Ocorre que as caixas tinham, muitas vezes, de 22kg a 24kg, gerando um prejuízo para o produtor.

Então, fizemos um movimento nesta Casa, encabeçado pelo deputado José Milton Scheffer, já que se planta banana por todo o litoral de Santa Catarina, do sul ao norte do estado, muito embora eu conheça mais os produtores da região de Corupá, Massaranduba, Schoroeder e Luis Alves.

O projeto foi aprovado, virou lei e beneficiou todos os produtores de banana, porque a partir da vigência da Lei n. 15.888 os produtores passaram a vender seu produto por peso e não mais por caixa.

No entanto, no Ceasa a grande maioria dos produtos é comercializada em caixas. Então, tomates, couve-flor etc. são vendidos por caixa e não por peso, mas quando vamos ao supermercado, os mesmos produtos são vendidos por peso, por quilo. Portanto, não é justo que se pague ao produtor pelo volume, peso, visto que a venda por volume, por caixa, é muito mais uma forma de ludibriar o produtor e levar vantagem na venda ao supermercado.

Por isso, estou apresentando um projeto de lei para alterar a Lei n. 15.688, que se refere exclusivamente à banana, para que passe a valer para os demais hortifrutigranjeiros comprados do produtor rural. O intermediário na hora que comprar o tomate, a batata, o aipim, o repolho ou qualquer outro produto, terá que pagar por quilo, por peso e não por caixa.

Por que isso é importante? Porque da melhoria da qualidade de vida do agricultor depende a diminuição drástica do êxodo rural. Hoje o produtor rural pode ter uma qualidade de vida excelente se tiver energia, estrada, escola para os filhos, acesso à saúde e oportunidade de comercializar seus produtos e obter renda. A melhor maneira de segurar o homem no campo é dar-lhe condições para que ele consiga extrair da terra renda para sustentar sua família.

O referido projeto se encontra na comissão de Constituição e Justiça e espero que o deputado Romildo Titon já tenha designado o seu relator, a quem peço, de antemão, um parecer favorável ainda neste final de semana, permitindo que seja deliberado por este Plenário ainda este ano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Presidente, quero registrar a presença do delegado do ministério do Desenvolvimento Agrário, Jurandir Gurgel, do superintendente do ministério da Agricultura, Joel, e do repre-

sentante da secretaria estadual da Agricultura, Hilário, que estão aqui para comemorarmos juntos o Dia do Extensionista Rural.

Dou as boas-vindas a todos e agradeço a sua presença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, caros colegas deputados e todos que nos acompanham, como já devem ter ouvido através dos meios de comunicação, morreu ontem, às 21h, o arquiteto Oscar Niemeyer, aos 104 anos de idade.

Trata-se, com certeza, do maior arquiteto do Brasil e um dos maiores do mundo. Ele foi militante do Partido Comunista do Brasil, o PCB, por longas décadas, no qual ficou até 1990, saindo alguns anos depois do rompimento de Luiz Carlos Prestes com o comitê central daquele partido, até em razão de divergências de análises estratégicas e divergências na orientação tática para o movimento de massas e para a organização partidária.

Na verdade, para falar em português mais claro, o rompimento de Luiz Carlos Prestes e, depois, de Niemeyer do PCB deu-se porque discordavam do direcionamento à direita que a maioria dos integrantes do comitê central estava tomando.

Luiz Carlos Prestes percebeu no Partido Comunista Brasileiro, no mínimo dez anos antes, o mesmo problema que estava acontecendo em praticamente em todos os Partidos Comunistas do mundo e que só seria conhecido das grandes massas a partir de 1990, quando a maioria desses partidos rumou para a direita e entrou num processo de liquidação, ou seja, de entregar o poder e o próprio partido às concepções da direita, dos interesses da classe economicamente dominante no mundo, da classe dos proprietários, da burguesia.

Aliás, sobre isso, por coincidência, vamos ter um debate hoje à noite no plenarinho desta Casa, para o lançamento do livro da professora Anita Leocádia Prestes, Luiz Carlos Prestes, o Combate por um Partido Revolucionário, que trata das divergências no interior do Partido Comunista Brasileiro na década de 80. Evidentemente, o próprio Prestes continuou fazendo esse debate e travando a luta por um partido revolucionário até 1990, quando faleceu.

Oscar Niemeyer fez parte desse debate e foi, inclusive, num apartamento cedido por ele que Luiz Carlos Prestes viveu os últimos dez anos de vida, quando renegou a política de direita para onde estava dirigindo-se o PCB.

Então, não estou falando do passado, estou falando de um debate no passado, estou falando de um debate que gerou consequências na conjuntura política e social dos dias de hoje. Os detratores de Luiz Carlos Prestes e de Oscar Niemeyer, dentro do PCB, nas décadas de 80 e de 90, hoje estão coadunados com as posições mais conservadoras, mais reacionárias da política nacional. Evidentemente, após 12 anos das denúncias de Luiz Carlos Prestes, eles, inclusive, extinguiram o próprio PCB, criando um partido com outro nome que não convém citar aqui, mas que todos os que são medianamente ligados em política sabem do que estou falando!

Das inúmeras obras famosas de Oscar Niemeyer no Brasil e em diversos países do mundo, uma ainda está em construção, que

é justamente o Memorial a Luiz Carlos Prestes, que está sendo erguido em Porto Alegre, cujas obras devem ficar prontas nos próximos 40 dias.

Assim, desta tribuna, quero fazer essa modesta homenagem a esse grande Oscar Niemeyer, que deixa um legado enorme às gerações atuais e às gerações futuras, legado esse que não se constitui apenas de obras arquitetônicas, mas de coerência de posições, de recusa ao discurso fácil daqueles que renegaram as lutas de classes e rumaram para a direita, para as posições da burguesia.

Outro assunto sobre o qual não posso calar nesta quinta-feira é que novamente os microfones desta Casa silenciam até a longínqua terça-feira sobre um estado que tem a Saúde em greve. Mais uma vez fomos vítima do conto da terça-feira, pois nesse dia aparecem deputados e autoridades do governo dizendo que há uma proposta, buscando aliviar, inclusive, os discursos da Oposição. Mas quando chega quinta-feira, nada, só o silêncio. É uma tática que já percebemos muito claramente.

Hoje, às 15h vai haver um ato público na frente da Catedral Metropolitana, pela valorização da saúde e dos serviços públicos. Na verdade, trata-se de um ato da classe trabalhadora de Santa Catarina, especialmente da Grande Florianópolis, em solidariedade aos trabalhadores da Saúde em greve. Solidariedade de classe! O estado e a classe economicamente dominante têm pavor da solidariedade do trabalhador, querem ver um furando os olhos do outro, porque quando se unem são fortes e fazem com que as autoridades busquem criminalizar seu movimento, ou seja, procurem tornar crime um dos sentimentos humanos mais bonitos que existem, que é a solidariedade. Solidariedade de classe é crime, assim entendem alguns arautos da justiça, inclusive em nosso estado.

Está absolutamente claro que o governo não quer resolver a greve, o governo criou a greve com sua política errônea, com sua política privatista, com sua política estúpida! O governo gerou a greve, e sabe disto, porque foi a decisão do comitê gestor de contratar 611 servidores apenas para o Hospital Regional de São José e nenhum servidor para os outros hospitais que desencadeou a greve.

O governo não quer resolver a greve, repito! Uma greve na Saúde que já tem 45 dias! Na Saúde! Ora, 75% dos catarinenses não têm plano de saúde privado. Não têm! Essa massa não tem direito a voz, é pulverizada, não controla, não detém, não chega perto dos meios de comunicação. Os meios de comunicação, aliás, mantêm silêncio em relação à greve ou, quando falam, falam mal dos trabalhadores, falam mal da greve, criminalizam o movimento. Na verdade, muitos dos seus profissionais, até os mais destacados, têm contratos generosos com os poderes, quando não têm cargo em comissão nos poderes. E aí vão para frente dos meios de comunicações, que são concessões públicas, reproduzir a posição mais tacanha, a posição que o próprio governo não tem coragem de declarar publicamente.

Será que vamos passar o Natal e o Ano-Novo com a Saúde em greve, e lixem-se, danem-se os 75% da população que não têm plano de saúde?

É evidente que é dramática a situação! É evidente que não dá para calar! É um absurdo o silêncio do governo com relação a isso. Mandam um sparing para discutir com os trabalhadores em greve e os dirigentes políticos do governo não aparecem, não dão as

caras para resolver as divergências dentro do governo. Estão-se matando por cargo, por quem vai ocupar mais espaço a partir do próximo mês de janeiro! Isso tudo é prioridade, mas a saúde da população não é.

Vamos falar mais uma vez em português bem claro: os grandes partidos que compõem este governo estão-se acotovelando pela ocupação de espaços de mando dentro do governo, inclusive na secretaria da Saúde! E os trabalhadores da Saúde e a população, que não têm atendimento, ficam em segundo, em terceiro ou em último plano. Essa é, lamentavelmente, a dura realidade!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Srs. deputados, vamos suspender a sessão por dez minutos, em decorrência do recebimento de um ofício que solicita à Presidência a utilização da tribuna para que a representante da Feper - Federação das Associações de Extensão Rural do Estado de Santa Catarina -, sra. Elisabete Silva de Oliveira, possa pronunciar-se.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima)(Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, gostaria de solidarizar-me com a homenagem hoje feita aos extensionistas rurais no seu dia, pela importância dessa categoria na agricultura familiar e no desenvolvimento agrícola de Santa Catarina.

Eu, que venho da extensão rural, quero parabenizar os diretores da Epagri, o presidente da Faper e todos os nossos extensionistas através da Elizabete, que é extensionista rural social e que nos trouxe todo o trabalho que a extensão fez para que Santa Catarina seja, apesar de um pequeno território, um celeiro agrícola da nação.

Nossa homenagem aos extensionistas e à Epagri, que tem uma folha de serviços prestados em prol do desenvolvimento agrícola do nosso estado e que coordena todo esse trabalho em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero também cumprimentar a Bete, uma mulher guerreira, de luta, que vem participando da organização dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público em nosso estado. Quero cumprimentar ainda todos os extensionistas pelo seu dia, pois é uma função importante, que vem ajudando o desenvolvimento de Santa Catarina.

Quero também aproveitar para comer o bolo que será servido na sala de imprensa em homenagem aos extensionistas rurais, e desde já convido todos os srs. deputados e deputadas.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, gostaria, na mesma esteira dos deputados José Milton Scheffer e Dirceu Dresch, de parabenizar a extensionista Bete, que aqui se manifestou, e dizer que me lembro bem quando era piaçito ainda, lá no interior, filho de agricultor, e o extensionista rural da Acaresc ia nos visitar, conscientizando-nos, traçando os caminhos básicos, dando um norte para que pudéssemos prospectar negócios e sobreviver no campo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os primeiros minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital, srs. visitantes, no dia de ontem, através da comissão de Saúde desta Casa, a secretaria estadual de Saúde prestou contas de relatório de gestão em audiência pública, assim como preconiza a Lei Federal n. 8.689, de 1983, e o Decreto Federal n. 1.651, de 1995, que obrigava que os governos, nos vários níveis, trimestralmente prestem contas das suas ações. A partir da Lei Complementar n. 141, de 13 de janeiro de 2012, essa prestação de contas passou a ser quadrimestral.

Portanto, ontem a secretaria estadual da Saúde prestou contas do terceiro e do quarto trimestres do ano passado, ou seja, de toda metade do ano passado, e dos dois primeiros quadrimestres deste ano.

O Conselho Estadual de Saúde já havia rejeitado essas prestações de contas, esses relatórios, por várias razões. Mas quando a própria secretaria atrasa um ano e dois meses e não consegue prestar contas quadrimestralmente, isso reflete a falta de gestão.

Sendo assim, fui obrigado a dizer ao secretário: "Sinto muito, secretário, mas, infelizmente, o que está acontecendo é um retrato, uma fotografia nua a crua da falta de gestão, que é o primeiríssimo problema da saúde catarinense."

E nós comprovamos isso por todo estado, quando andamos pela comissão e agora nas visitas que fizemos na semana passada a cinco hospitais da capital: Hospital Infantil Joana de Gusmão, Hospital Celso Ramos, Instituto de Cardiologia, Hospital Regional de São José e também a Maternidade Carmela Dutra.

Parece-me, até certo ponto, que há quem analisa e acha que é até proposital, porque o governo se preparou para uma intenção, para um intento na saúde, principalmente em relação aos hospitais, que seria a implantação das organizações sociais, mas encontrou resistência na Justiça do Trabalho, no Ministério Público, no conselho e nas conferências estaduais, na Assembleia Legislativa e por parte da própria população. E aí estamos na situação em que estamos.

Mas quero fazer alguns comentários do relatório de gestão. Primeiro, que o relatório foi apresentado de uma forma simplificada, apenas uma apresentação fria de números, não houve emoção, e a saúde tem que ser cuidada com emoção.

Deputados Sargento Amauri Soares e Serafim Venzon, que acompanharam diretamente a audiência pública, acho que

v.exas. sentiram a sua importância, porque tivemos que transferi-la do plenário para este plenário, pela grande quantidade de pessoas que estavam presentes e que lotaram as dependências do nosso grande plenário da Assembleia Legislativa. Era até mais do que plausível a presença dos servidores, porque nesse momento estamos vivendo uma situação na saúde no estado e os servidores também são um dos pilares. Se há problemas de gerenciamento, problemas com os recursos humanos e problemas de valorização, reconhecimento e políticas adequadas até para suprir as necessidades, porque é perfeitamente previsível quantos servidores temos, quantos vão se aposentar, em que época se aposentam, quantos se afastam por licença-prêmio, por férias, por licença-saúde, é perfeitamente possível ter esses números quantificados e colocados para a gestão.

Então, é uma combinação de fatores que vai criando uma situação muito difícil.

Mas eu lembrei ao secretário que a nossa comissão de Saúde, durante o ano, nas dezenas de audiências realizadas, e já no início deste ano ainda, entregou ao sr. governador, pessoalmente, e ao secretário estadual da Saúde esse relatório que faz um pré-diagnóstico da saúde em Santa Catarina. E num relatório de gestão como esse nós esperávamos algumas respostas, mas nada. Por exemplo, aqui nós já clamamos para que a secretaria estadual promovesse um vocacionamento dos pequenos hospitais do estado, e nada.

Clamamos pela descentralização, em alta complexidade, em alta complexidade em pediatria, que então é praticamente zero, tudo está concentrado aqui na capital, oncologia pediátrica, cirurgia pediátrica, neurocirurgia pediátrica, ortopedia pediátrica.

Na visita ao hospital Celso Ramos o seu diretor, que é urologista, dr. Ivan Moritz, disse que tem mais de mil pacientes na fila de urologia, para procedimentos cirúrgicos em urologia, de todo o estado, não é só da Grande Florianópolis, mostrando que a descentralização não acontece na saúde.

É gestão. Boa parte é apenas gestão. Poderíamos citar inúmeros outros casos, mas um dos mais graves é a própria gestão dos hospitais.

Quando se canta em verso e prosa as OS, como se elas fossem resolver o problema, na verdade se dotassem as unidades hospitalares do estado de autonomia administrativo-financeira, que os hospitais como o Joana de Gusmão, Celso Ramos, Instituto de Cardiologia, Carmela Dutra, Regional de Joinville, outros hospitais do estado gerenciados diretamente pelo estado, se fossem unidades de orçamento, planejamento e gestão, podendo planejar, estabelecer metas, objetivos, buscar resultados, com certeza, teríamos outra eficiência, outros resultados na gestão hospitalar.

A gestão é ineficiente propositadamente, por ineficiência política, por falta de vontade política, para dotar as unidades hospitalares do nosso estado minimamente de autonomia administrativo-financeira. E assim por diante, nessas considerações todas.

Mas eu quero citar mais um fato, aqui, para deixar bem registrado os problemas de gestão, que não ficam restritos à secretaria da Saúde.

Aqui há uma corresponsabilidade severa do chamado Conselho Gestor do Estado e do próprio governador, porque em última instância quem tem a caneta na mão para tomar decisões, e para cumprir os seus compromissos de campanha de saúde e

prioridade 1, 2 e 3, e as pessoas em primeiro lugar, é o governador.

Mas vejam, senhores deputados, que no ano passado aprovamos aqui o Revigorar III, e eu fui buscar um relatório oficial agora, dados oficiais. Dos 186 milhões que oficialmente, agora, a secretaria da Fazenda nos diz que estariam disponíveis para a Saúde, 26 milhões foram utilizados para ajudar em acertos de contas de fins de exercícios em hospitais, em 2011. Mas sobraram 155 milhões, que foram utilizados para a folha de pagamentos dos funcionários da Saúde, em 2012.

Deputado Silvio Dreveck, quando nos aprovamos o Revigorar III, o compromisso do governo do estado era que esses recursos seriam os recursos extraordinários, seriam um *plus* disponível para atender às demandas da saúde no estado, não para as suas despesas cotidianas, corriqueiras.

Na verdade o governo utilizou os recursos do Revigorar III para a folha de pagamento dos servidores da Saúde, mas poderíamos ter esses recursos disponíveis para atender a outras situações, na condição em que foram aprovados, inclusive para ajudar no conjunto de outras fontes, para atender inclusive à parte das demandas reivindicadas pelos servidores, hoje, que nós reconhecemos a justiça das reivindicações e sabemos como é importante também que os servidores estejam satisfeitos, contentes, atendendo bem à população, para que o sistema seja plenamente satisfatório.

Teria ainda outras importantes considerações que não me são permitidas pela exiguidade do tempo, mas que farei em outra oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passamos agora ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, que preside interinamente esta sessão, srs. e sras. deputadas, faço uso da tribuna, na manhã desta quinta-feira, já o fiz no aparte do pronunciamento da extensionista Beth que aqui esteve. Eu colocava a importância do extensionista rural, deputado Silvio Dreveck, v.exa. imagina, numa família de 12 filhos, dez homens e duas mulheres, na agricultura com a produção de milho, mandioca e banana, sem as mínimas condições de consciência e de orientação; lembro muito bem quando apareceu o primeiro extensionista da Acaresc, chamado Sérgio, uma coisa que ficou na minha memória.

É um trabalho fantástico com o intuito de prevenção e orientação que para muitos, na época, talvez pudesse não representar, mas que, com o tempo, significou muito tanto na prevenção da saúde quanto na orientação do manuseio das operações no segmento agrícola muito rudimentar. Fomos, então, preparando-nos e conscientizando-nos, através dessas orientações, que acabaram norteando evidentemente uma melhor qualidade de vida na nossa propriedade e que, por muitos e muitos anos, perdurou, dando o sustento aos meus pais e irmãos e de muita gente.

Por essa razão, precisamos enaltecer esse posicionamento de uma classe tão importante que muito contribui para o estado de Santa Catarina, para o Brasil e para o mundo. Sinto-me muito lisonjeado de poder

fazer essa manifestação em prol dessa classe para o segmento de uma agricultura sadia no estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, no dia de ontem, tivemos uma conversa com o governador, juntamente com o secretário de Infraestrutura Valdir Cobalchini, sobre o PAC catarinense, ressalvadas as proporções do PAC nacional, que é um investimento de grande monta, por consequência de uma medida compensatória, assim dita pelo governo federal, e não a caracterizar dessa forma, pois são R\$ 7 bilhões em investimento não a fundo perdido, somente parte dele será a fundo perdido.

Cito como exemplo que nos quatro anos passados o estado representou nos cofres da união R\$ 52 bilhões; no entanto, estamos captando junto ao BNDS e também ao Banco do Brasil em torno de R\$ 7 bilhões, nas quatro vertentes propulsoras, que são a saúde, segurança, infraestrutura e ação social. Isso não é dinheiro a fundo perdido, é dinheiro evidentemente com juros baixos e uma perspectiva de pagamento em longo prazo. Mas o estado, através dos impostos de seus trabalhadores, dos catarinenses, terá que retribuir essa situação, compensando esse financiamento por conta do governo federal.

Então, na próxima quarta-feira, dia 12, a partir das 17h, teremos, a convite da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, a qual presido, conjuntamente com a comissão de Finanças e Tributação, da qual também tenho a oportunidade de fazer parte, a convocação do secretário Valdir Cobalchini, para que aqui venha fazer uma explanação e espelho de como andam todos os procedimentos dos processos do sistema rodoviário de Santa Catarina desde o programa BID, dos programas de restauração, de recuperação, de humanização, de construção de novos acessos e também toda a situação no que se refere à questão da mobilidade, da sensibilidade e principalmente os caminhos para facilitar o escoamento da produção do estado catarinense.

Uma das percepções que temos diagnosticado é a fragilidade do agronegócio, que cada vez mais está migrando de Santa Catarina para o centro-oeste do país. E para viabilizar essa situação não precisa ser um expert nem um bruxo, pois são dados estatísticos promovidos pela própria Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, por consequência da matéria prima, do insumo básico que é a produção do alimento da agroindústria que é produzido no centro-oeste do país, dificultando com isso a logística, encarecendo o custo de Santa Catarina, sobremaneira a região sul do estado de Santa Catarina, justamente por ter um modal e intermodal rodoviário de transporte totalmente equivocado, deputado Silvio Dreveck.

Para que tenhamos uma noção de número, e isso é matemático, é estatístico, o Custo Brasil rodoviário hoje está na média de R\$ 110,00 por tonelada, o custo ferroviário cai para R\$ 75,00 e o hidroviário vem para R\$ 45,00, e temos 95% da produção escoada através do sistema rodoviário.

Então, estamos na contramão da vertente, do progresso, do desenvolvimento, e é inadmissível que um país com a dimensão continental como o nosso e sendo Santa Catarina um estado eminentemente exportador não tenha uma condição de logística, de acesso que possa facilitar e dar a condição de competitividade com outros estados da federação.

Por essa razão esses investimentos na área de infraestrutura são essenciais para

impactar o desenvolvimento no estado de Santa Catarina.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Valmir Comin.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha pela TVAL, quero saudar o prefeito eleito José Carlos Berti e o vice Otilio Mocellin, do município de Bandeirantes, que nesta semana estiveram na capital para tratar de vários assuntos de interesse do município. Saúdo o vereador Volmir José Lamb, que foi o mais votado do município, todos os vereadores que acompanham a delegação do município de Bandeirantes, participando do encontro da Uvesc, União dos Vereadores de Santa Catarina, entidade que muito me orgulha, pois já tive a oportunidade de também presidir-la.

Falarei hoje sobre a luta do município de Bandeirantes e do extremo oeste de Santa Catarina contra a implantação da reserva indígena no município de Bandeirantes. Mas, primeiramente, até a pedido do meu líder deputado Darci de Matos e do líder do partido, deputado Ismael dos Santos, quero fazer render uma homenagem a Oscar Niemeyer. Um brasileiro que fez diferente.

Somos tão acostumados a dizer que sempre foi assim ou a repetir as mesmas coisas, os mesmos erros, e quem faz tudo igual tem o resultado igual. Se quisermos mudar, teremos que fazer diferente, e isso é em nossa vida, na profissão, no que buscamos para a comunidade.

Então, faço essa homenagem a Oscar Niemeyer, um brasileiro que com 105 anos ainda queria trabalhar, e falava para os médicos que precisava sair do hospital porque tinha alguns projetos para concluir.

Falando em ilustres brasileiros, hoje também esta Assembléia vai prestar uma homenagem pelos 50 anos de vida pública ao senador Casildo Maldaner, um reconhecimento pelo trabalho realizado por esse gaúcho que virou um ilustre e um dos mais importantes catarinenses. Nosso respeito e admiração.

Apenas para comentar, li hoje no Diário Catarinense a manifestação do presidente do Sindicato das Escolas Particulares do estado de Santa Catarina, Marcelo Batista de Souza, sobre a sua preocupação com a criminalidade e a impunidade. Um dos maiores problemas da nossa criminalidade é a impunidade: a lei, para o bom não precisa, para o marginal não adianta, e o marginal que tem conhecimento acaba ficando impune.

Estamos com problemas graves de segurança, especialmente no município de Camboriú, onde precisamos de ações sociais para evitar aquela verdadeira mortandade que lá está ocorrendo, especialmente entre jovens ligados principalmente ao tráfico de drogas.

Temos falado desses assuntos, reivindicamos por ofício já à secretária da Segurança, ao comando da Polícia Militar, à delegacia-geral da Polícia Civil providências nesse sentido.

Recebemos, nesta semana, como disse, a visita do prefeito eleito Berte e do vice Otilio Mocellin, na busca de uma solução para a tentativa de implantação de uma reserva indígena no extremo oeste catarinense, a que somos contrários. Não se trata de reserva

indígena. Não se trata de área já ocupada por nenhuma tribo, de nenhuma reserva indígena. E, na busca agora de tentar resolver a questão da tribo guarani, de Araçaí, que reivindica suas terras no município de Cunha Porã e Saudades, procura-se achar uma solução levando a reserva indígena para o extremo-oeste catarinense. Mas os índios não querem ir, porque não moraram lá e assim estariam fora do seu habitat natural. Os índios não querem ir para aquela região, e num acordo, o governo federal está encaminhando recursos para que se indenizem aquelas áreas.

A solução seria, já que há uma discussão judicial, onde os índios querem as suas terras nos municípios de Cunha Porã e Saudades, assentá-los no extremo oeste catarinense, na divisa com a Argentina, onde, certamente, teremos problemas para todos os municípios, para toda a população e para os próprios índios que não querem aquele local, pois não entendem ser a sua terra. E como eles dizem mesmo ali, o povo Guarani somente quer buscar novamente as suas terras.

A Justiça homologou, agora, através do desembargador Wilson Darós, no Tribunal Regional Federal, acatando a Resolução n. 790/2007, da Funai, reconhecendo para prosseguir a demarcação das terras.

Também tem que ter muito cuidado, deputado Mauro de Nadal, porque hoje querem indenizar somente as benfeitorias da serras de Saudades e Cunha Porã, onde agricultores têm escritura há mais de 80 anos, têm as suas famílias ali. Agora a Funai quer indenizar benfeitorias. Enquanto isso o governo federal destina R\$ 10 milhões para indenizar terras no município de Bandeirantes.

Então, vamos usar aquela terra no município de Bandeirantes, que estão disponíveis para utilização, para a construção de colégio agrícola, de faculdade de Veterinária, de Agricultura. Vamos utilizar para assentar os filhos de agricultores daquela região, mas não podemos levar uma reserva indígena para um local onde não é o seu habitat natural. Vai haver um choque cultural. Vai ter problema de convivência. Com isso vai trazer a desvalorização de todas as propriedades próximas ali, por esses conflitos. Vamos ter problemas para todos os municípios. Não é problema de Bandeirantes, porque os índios, as tribos, no seu direito, vão fazer reivindicação, quando não atendidas, vão encontrar uma forma de protestar. E o protesto deles não vai ser dentro da aldeia. Vai ser com alguma forma de chamar a atenção do estado, do governo federal. E para fazer isso vão fazer em outros municípios da região, criando muitos problemas.

São R\$ 10 milhões que estão sendo utilizados, que foram levados como uma solução de consenso. Solução de consenso a todos é que se resolva a situação. Mas sem levar o problema para o extremo oeste. Ou eles vão para a área que era deles, com a devida indenização a todos os agricultores, não somente pelas benfeitorias, mas também pelo valor da sua propriedade, ou não se pode levar para um local novo.

Eles reivindicam 2.721ha da reserva que eles entendem naquela região como área indígena guarani de Araçaí, que fica na divisa de Saudades e Cunha Porã.

Estamos propondo uma audiência pública na região, com debate com toda a comunidade, com toda a população, com todos os municípios da região. O prefeito Berti se dispõe. E acredito que vamos convocar aqui, pela Assembleia, para fazer no mês de fevereiro esse debate, para que toda a

comunidade envolvida, inclusive, a Procuradoria-Geral da República, a própria Funai, possam e devem ir lá para dizer o porquê disso tudo.

Então, entendemos que é uma questão muita séria para ser resolvida em algum gabinete. Temos que discutir com a população, com as autoridades, bem como a questão da cultura e da preservação da história indígena.

Temos que entender que na divisa da Argentina fatalmente vai criar problema internacional, pois a reserva ficará num local de fácil transposição, e sabemos da forma rigorosa com que as autoridades argentinas agem na preservação da mata do lado argentino, seja contra a caça, entrada de estranhos. E vamos acabar tendo conflitos.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Esse tema é de extrema importância, porque temos aqui um impasse jurídico. Primeiro, é a definição que falta sobre o que é terra tradicionalmente ocupada, que é onde os guaranis se sustentam para buscar o retorno, como eles dizem, as terras de Cunha Porã e Saudades. E no nosso entender não é terra deles, porque esses índios que estão querendo retornar para essas áreas são os que vieram de Nonoai, Rio Grande do Sul, portanto, não são de Cunha Porã e Saudades.

Também, com o advento da Constituição Federal de 1988, esses índios não estavam lá nos dois municípios; então não tem por que eles retornem a eles. E já temos uma manifestação do STF nesse sentido, clara e precisa, dando conta de que se fosse interpretar ao pé da letra como manda a Constituição Federal, hoje eles não teriam direito a reivindicar essa área, até porque não estavam lá no momento da Constituição Federal.

Entendo que não é a forma mais acertada de pegar esses índios guaranis que estão lá em Chapecó e levá-los para Bandeirantes. Também vejo que essa não é a forma mais acertada. Tem que levar, sim, para Nonoai, no Rio Grande do Sul. Essa é a forma de fazer justiça, porque de lá eles vieram.

Agora, os interesses que correm por trás, como a Cimi e outros órgãos que defendem os índios, é que estão fazendo com que essa situação acabe se desvirtuando e as pessoas encontrando algumas soluções paliativas, as quais não vão resolver o problema, e sabemos disso.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Vejo que é uma situação muito importante, porque podemos criar um problema muito grave para o estado catarinense, inclusive para a comunidade indígena que pode não ter adaptação, pois 13% do território nacional, deputado Mauro de Nadal, é reserva indígena, pelas informações que temos.

E vamos ter audiência. Até já conversei com o secretário da Agricultura, João Rodrigues, que também participa dessa intermediação, e o extremo oeste é contrário. Mas vamos saber disso na audiência pública.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopesla, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, em primeiro lugar, quero cumprimentar todos os extensionistas da nossa Epagri, assim como os deputados Valmir Comin, Silvio Dreveck e Dirceu Dresch pronunciarem-se sobre os extensionistas. Também os conheço e sei do seu trabalho, deputado Mauro de Nadal, deputado Romildo Titon, do trabalho do extensionista.

Deputado Silvio Dreveck, na casa de meu pai começamos com uma propriedade de cinco alqueires de terra, dez hectares. E lá estávamos com os extensionistas para nos orientar como construía a primeira pocilga, onde tínhamos que construir.

Naquela época, havia dificuldade para as pessoas com a própria higiene dentro de casa, com a educação familiar. Mas lá tinha um extensionista da Acaresc. E isso fez o estado de Santa Catarina. Esse trabalho da Epagri, da secretaria da Agricultura, fez com que o estado de Santa Catarina se colocasse nesse pedestal de destaque, com qualidade de vida no campo, através dessa assistência, através desse trabalho. Os técnicos da Epagri, junto com os extensionistas, contribuíram muito para elevarmos o nível da nossa suinocultura, da nossa avicultura, da nossa pecuária de leite, da produção de cereais.

Nos anos 80 tive a felicidade de estar nos Estados Unidos. E visitávamos Illinois, o estado maior produtor de milho dos Estados Unidos. Eles falavam que Illinois colhia nove mil quilos de milho por hectare. Ou seja, 150 sacas de milho por hectare. E produzimos em Santa Catarina 50, 60 sacas.

Hoje, com a tecnologia, com a melhoria das sementes, com a força da nossa agricultura, colhemos em muitas das nossas regiões mais de 12 mil quilos de milho por hectare, ou seja, 200 sacas de milho por hectare. E aí teve sem dúvida nenhuma o trabalho desses abnegados, dessas pessoas. Mas com o passar do tempo, muitos saíram, muitos se aposentaram.

Quero lembrar aqui o nome do dr. Glauco Olinger, que foi secretário da Agricultura, que foi presidente da Epagri, que é uma pessoa que teve uma trajetória como todos os outros. Lembro-me do dr. Glauco porque é um dos mais antigos e sabemos do trabalho que ele ajudou a construir para a agricultura de Santa Catarina. E vieram as cooperativas, vieram os sindicatos, as organizações dos agricultores, enfim, todos contribuíram em muito.

Hoje precisamos lembrar, registrar e cumprimentar todos os extensionistas do estado de Santa Catarina, pelo belo trabalho que fizeram e que continuam fazendo para o desenvolvimento do nosso estado.

Outra lembrança que quero fazer no dia de hoje e lamento de eu não poder estar aqui hoje à noite, deputado Mauro de Nadal, deputado Romildo Titon e deputado Aldo Schneider, eis que foi indicação sua homenagear um dos grandes líderes do nosso partido, o nosso senador Casildo Maldaner, que tem uma história desde quando em sua infância tinha atividade na agricultura. E que partindo para a política começou sua vida como vereador. Teve a oportunidade de ser deputado estadual, deputado federal, teve a oportunidade de ser vice-governador, governador e senador por duas vezes. É um currículo que sem dúvida alguma orgulha qualquer pessoa.

Colocamos acima de tudo a sua sinceridade, a sua lealdade, a sua transparência, a sua simplicidade. Um homem apaziguador, um homem que procura buscar o

entendimento. Então, é muito justo que esta Casa, nesta noite, faça essa homenagem ao senador Casildo Maldaner, dando a ele o título de cidadão catarinense, reconhecendo os 50 anos de vida pública, de trabalho como político.

Sempre digo que em Santa Catarina podemos ter os nossos problemas, as nossas divergências, mas graças a Deus os nossos políticos, tanto em nível estadual como em nível federal, têm sido um orgulho para a classe. Não temos políticos envolvidos em ações que desmereçam a nossa profissão. Temos políticos que procuram trabalhar, exaltar os seus mandatos, que procuram fazer com que a sua representação seja de trabalho, seja de lealdade, seja de transparência, seja de desenvolvimento e de cumprimento com o compromisso que assumimos quando colocamos o nosso nome para que a sociedade possa escolher, para que o eleitor possa escolher...

Não poderei estar aqui nesta noite, e o deputado Jailson Lima já disse que vai estar na sessão da noite, deputado Joares Ponticelli, então quero deixar registrado o meu apreço, o meu reconhecimento por esse grande líder, por essa pessoa que é o senador Casildo Maldaner. Que ele continue assim, que possa ter muito sucesso, que tenha muita saúde, também a sua família, e que possa sempre levar e enaltecer o nome do nosso estado, o nome do nosso partido, mas especialmente e acima de tudo o nome dos catarinenses.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Moacir Sopesla, quero em nome da nossa bancada e do nosso partido também registrar o nosso reconhecimento ao senador Casildo Maldaner que sempre foi historicamente o nosso adversário, mas que é um homem público, um cidadão que tem o nosso respeito pela sua militância, pela sua trajetória, pela sua história vitoriosa. Ele ocupou praticamente todos os cargos; foi vereador, chegou ao governo do estado, chegou ao senado da República. E não há como negar que é uma trajetória política vitoriosa. E só se conquista tantos espaços quem tem mérito, quem prestou serviço.

Quero publicamente justificar a ausência da nossa bancada, pois estamos desde a semana passada com o nosso partido, com a nossa executiva, com os nossos deputados, percorrendo o estado, fazendo e reunindo as nossas lideranças, também aqueles que participaram do processo político, fazendo um agradecimento, um reconhecimento, porque é na eleição municipal que se constrói a base partidária.

Fizemos um evento em Chapecó, na quinta-feira; em Criciúma, no sul do estado, na sexta-feira; ao meio-dia, no planalto serrano, na sexta-feira; à noite, em Curitiba; e hoje à noite estaremos reunindo a região norte no município de Joinville; amanhã, ao meio-dia, estaremos reunindo o vale no município de Itajaí. De forma que estaremos todos lá; do contrário, estaríamos aqui para na presença dele fazer esse reconhecimento.

Mas v.exa. que é um homem de partido, que é muito amigo do senador Casildo Maldaner, certamente transmitirá o nosso reconhecimento como um partido que foi seu histórico adversário, mas que respeita a sua gloriosa trajetória.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Não tenho dúvidas de que quando as pessoas têm o carisma e a qualidade da

lealdade estão acima dos Partidos Políticos. Sabemos que a política é assim, que cada um de nós tem o seu partido, mas tenho certeza de que v.exa. reconhece as figuras ilustres do seu partido, que também o PP as têm.

Por isso agradeço o seu aparte e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Com certeza o senador Casildo Maldaner ficará sabendo do apreço, da admiração que temos por ele, pela d. Ivone, sua esposa, que também é uma grande lutadora, que foi presidente do PMDB Mulher em Santa Catarina, deputada Dirce Heiderscheidt.

O nosso respeito, o nosso reconhecimento à família do senador Casildo Maldaner e os nossos parabéns.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Srs. deputados, vamos suspender a sessão por dez minutos até a Explicação Pessoal.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0112/2012, 0135/2012, 0148/2012, 0199/2011, 0235/2011, 0263/2012, 0324/2012, 0331/2012, 0358/2012, 0431/2012, 0434/2012, 0493/2012, 0545/2012, 0561/2012, 0562/2012, 0597/2012 e 0601/2011, todos de entidade social encaminhando documentação para manutenção de título.

Comunica ainda que a comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0601/2011, de entidade social encaminhando documentação para manutenção de título.

A Presidência comunica, igualmente, que defere as Indicações n.s.: 0465/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0466/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0467/2012, de autoria da bancada do PP; e 0468/2012 e 0469/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunicamos, por fim, que deferimos de plano os Requerimentos n.s.: 1.084/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.085/2012, 1.086/2012, 1.087/2012 e 1.088/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.089/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; e 1.090/2012 e 1.091/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio Alesc Digital, quero também fazer uma menção especial ao Dia do Extensionista Rural e cumprimentar todos pelo seu trabalho de inspeção, especialmente nas fronteiras de Santa Catarina, quer na suinocultura, avicultura, piscicultura e, sobretudo, por dar a Santa Catarina esse título quase que ímpar na federação, de um estado livre de aftosa.

Parabéns aos extensionistas da Epagri pelo seu dia.

Gostaria também de falar sobre a nossa preocupação em relação às questões ligadas à Saúde. Ontem recebemos alguns representantes da Saúde de Santa Catarina em nosso gabinete e tivemos a oportunidade de conversar, juntamente com a bancada da base do governo desta Casa, com o sr. governador, e acreditamos num encaminhamento positivo.

O deputado Darci de Matos, que é hoje o nosso interlocutor junto ao sindicato, tem-nos trazido notícias alvissareiras, deputado Maurício Eskudlark. E aguardamos para as próximas horas um bom desfecho para essa questão que já se alonga há 40 dias e que dificulta, em especial aqui na capital, aqueles que buscam os serviços na área da saúde.

Esperamos de fato que, nas próximas horas, tenhamos um desfecho positivo para esse impasse entre a secretaria da Saúde e os servidores da saúde do estado de Santa Catarina.

Deputado Maurício Eskudlark, seguindo a esteira do seu discurso, também quero prestar a minha homenagem a Oscar Niemeyer, esse cidadão que revolucionou a arquitetura no Brasil e no mundo e que nos deixou ontem aos 104 anos de idade.

Nas curvas de uma arquitetura assinada em pelo menos mais de 500 obras, está presente em especial na capital deste país, no Congresso, no Palácio da Alvorada e, inclusive, em monumentos e espaços públicos internacionais, como a própria sede da ONU, onde ele teve a oportunidade de trabalhar com mais dez arquitetos no projeto da sede das Nações Unidas. Inclusive, também em Santa Catarina, no Teatro Bolshoi de Joinville, está a sua marca e a sua assinatura. Aqui na capital, deputado Jailson Lima, no loteamento da Praia do Forte, no Lagoa late Clube, enfim, as suas assinaturas se fazem presentes em muitas regiões do estado de Santa Catarina, mas especialmente no Planalto brasileiro e em tantas outras investidas arquitetônicas mundo afora. É reconhecido pela imprensa mundial como um arquiteto revolucionário.

Eu gostaria, nessa rápida intervenção sobre esse que foi o maior artista brasileiro de obras a céu aberto, Oscar Niemeyer, de apenas trazer à memória uma de suas frases que eu considero lapidar. Ele disse o seguinte, deputado Jailson Lima: "A vida é um minuto. A vida é um sopro. Por isso não pode haver espaço para o ódio".

Esse poeta da arquitetura, até porque a arquitetura, como dizem alguns filósofos, é a música congelada, traduziu muito bem o que alguém já havia escrito há mais de dois mil anos. Refiro-me ao apóstolo Thiago, esse escritor neotestamentário, que no capítulo IV, versículo 14 diz o seguinte: "A vida é como uma neblina passageira que surge por algum tempo e logo desaparece". Eu acredito que Niemeyer conseguiu parafrasear as frases do apóstolo Thiago ao dizer que a vida é um sopro e por isso não deveria haver espaço para o ódio.

É verdade que Niemeyer se declarava ateu, embora tenha projetado muitos templos, muitas catedrais, muitos santuários, muitos espaços para o culto a Deus. Talvez seja por isso que caiba nesta breve homenagem que faço a Niemeyer, um brasileiro amado por todos nós, uma pequena frase que havia na placa do consultório de Karl Jung, que disputava a proeminência na psiquiatria com Freud.

Jung era um cristão fervoroso, deputado Aldo Schneider, escreveu uma plaquinha e fez com que estivesse permanentemente na porta do seu consultório: "Convidado ou não, Deus está presente". Eu acho que cabe muito bem para a biografia e para a vida de Oscar Niemeyer.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem,

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Eminente deputado Ismael dos Santos, gostaria de acrescentar ao seu discurso, principalmente neste momento em que o Brasil teve uma perda irreparável no aspecto da arquitetura moderna do mundo.

Oscar Niemeyer representa exatamente isto, o que tem de novidade, o que tinha de esperança, o que tinha de inovação, e acima de tudo, dos projetos arrojados em nível mundial.

Então, entendo que neste momento o Brasil está de luto, porque perdemos o ícone da arquitetura brasileira, mas que com certeza está num melhor lugar, que foi reservado a ele, até pela sua trajetória em vida.

Então, quero solidarizar-me com o seu discurso, e registrar aqui também as nossas condolências pelo passamento do brilhante arquiteto Oscar Niemeyer.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Eu concluo, sr. presidente, mais uma vez, ratificando esta frase de Niemeyer, a vida é um minuto, e portanto, se a vida é um minuto, precisa ser bem vivida.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença de figuras ilustres de nossa região que estão visitando o Parlamento catarinense: o presidente do PMDB da cidade de Lontras, Jefferson; o nosso ex-prefeito Valmor Saffier; os três vencedores do pleito proporcional, nossos vereadores Marcionei, Glaucio Mueller e Valdenor, que representarão o PMDB, juntamente com o vereador Jason Kiefer, na Câmara Municipal de Lontras.

Também quero registrar a presença da vereadora Iracema Duwe, da cidade de Ibirama, os vereadores Klaus Dieter e Joãozinho, do município de Taió, que estão visitando este Parlamento juntamente com o assessor de imprensa da Câmara de vereadores de Taió, Alexandre Salvador.

Dizer aos nossos companheiros do alto vale que esta é a Casa do Povo de Santa Catarina. Na minha condição de deputado, juntamente com o deputado Jailson Lima, que representamos essa região, desejamos a todos as nossas boas-vindas! Que essa passagem por este Parlamento seja de grande valia aos municípios de Taió e Lontras.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam todos bem-vindos a esta Casa!

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem ao senador Casildo Maldaner, na passagem dos seus 50 anos de vida pública.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 24 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 13 HORAS, NA SALA DE IMPRENSA.

Às treze horas, do dia vinte e quatro do mês de outubro do ano de dois mil e doze, reuniram-se, sob a Presidência da *Deputada Luciane Carminatti*, os *Deputados: Ismael dos Santos, Romildo Titon, Dirce Heiderscheidt, Silvio Dreveck, a Deputada Angela Albino e Luiz Eduardo Cherem justificaram*. A *Presidente* agradeceu a presença dos *Deputados* e colocou em votação a *Ata da 3ª Reunião Extraordinária, do dia 05/09/2012*, que foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento a *Deputada Luciane Carminatti*, relatou o **PL./0184.2/2012, PL./0260.2/2012**, aprovados por unanimidade; em seguida relatou também os projetos da *Deputada Angela Albino*: **PL./0230.2/2012, OF./00547.5/2012**, todos aprovados por unanimidade; a *Deputada Dirce Heiderscheidt*, relatou **OF./0611.7/2012, OF./0533.0/2012**, todos aprovados por unanimidade. O *Deputado Ismael dos Santos*, relatou **PL./0251.7/2011, OF./0546.4/2012, OF.0582.8/2012, OF./0622.0/2012**, todos aprovados por unanimidade e aprovados também pedidos de diligência externa; **PL./00067.9/2011 e OF./0245.5/2011**; *Deputado Silvio Dreveck*, relatou os **OF./0005.2/2012 e OF.0227.3/2012**, aprovados por unanimidade. Dando continuidade em DELIBERAÇÕES, a *Presidente* colocou em votação requerimento de sua autoria, para *Audiência Pública "As Políticas Públicas de Assistência Social no Estado de Santa Catarina, no dia 29/10/2012*, às 14 horas, no Plenarinho *Deputado Paulo Stuart. Wright*, que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar a *Presidente* encerrou a reunião, da qual eu,.....*Mª de Lourdes Nasário*, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela *Presidente* e publicada no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Luciane Carminatti

Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais

*** X X X ***

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e um de novembro de dois mil e doze, sob a Presidência do *Deputado Marcos Viera*, reuniram-se os *Deputados* membros da Comissão de Finanças e Tributação: Aldo Schneider, Darci de Matos, Manoel Mota, Neodi Saretta, Sargento Amauri Soares e o *Deputado Silvio Dreveck* substituindo o *Deputado Valmir Comin*. Aberto os trabalhos, o *Deputado Presidente* colocou em discussão a *Ata da 24ª reunião ordinária*, que em votação, foi aprovada por unanimidade. O *Senhor Presidente* solicitou à assessoria que distribuisse aos senhores *Deputados* o Parecer Preliminar referente ao PL./311/2012 - LOA, na sequência fez a leitura do mesmo, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o *Senhor Presidente* passou a palavra aos senhores *Deputados* para relatarem as matérias em pauta: o *Deputado Darci de Matos* relatou o PL./0069.0/2012, que autoriza a permuta de imóvel no município de Canoinhas, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O *Deputado Neodi Saretta* relatou o PL./0229.9/2012, que dispõe sobre obrigatoriedade da publicação dos valores dos imóveis e veículos nos anúncios de classificados de jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação, e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O *Deputado Sargento Silvio Dreveck* relatou o PL./0315.6/2012, que dispõe sobre o Fundo de Proteção e Defesa Civil (FUNPDEC) e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão o *Deputado Aldo Schneider* e o *Deputado Silvio Dreveck* pediram vistas em gabinete. O *Deputado Silvio Dreveck* relatou o PL./0312.3/2012, que revoga a Lei nº 14.710, de 2009, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em

discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O *Deputado Sargento Amauri Soares* relatou o PL./0129.6/2012, que dispõe sobre a pesquisa e a utilização de plantas nativas da flora catarinense, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O *Deputado Sargento Amauri Soares* relatou o PL./0216.4/2012 que institui o Programa de Auxílio Especial para o afastamento temporário de doadores de órgãos no âmbito do Estado De Santa Catarina e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo o *Senhor Presidente* leu o Requerimento apresentado pelo *Deputado Darci de Matos*, que tem como objetivo debater as diferenças tributárias das cidades da divisa com o Estado do Paraná, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o *Senhor Presidente* encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira, Chefe da Secretaria lavei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros da Comissão, será assinada pelo *Presidente* e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, vinte e um de novembro de dois mil e doze.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia cinco de dezembro de dois mil e doze, sob a Presidência do *Deputado Marcos Viera*, reuniram-se os *Deputados* membros da Comissão de Finanças e Tributação: Aldo Schneider, Darci de Matos, Gilmar Knaesel, Dirceu Dresch substituindo a *Deputada Luciane Carminatti*, Manoel Mota, Neodi Saretta, Sargento Amauri Soares e o *Deputado Valmir Comin*. Aberto os trabalhos, o *Deputado Presidente* colocou em discussão a *Ata da 25ª reunião ordinária*, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o *Senhor Presidente* passou a palavra aos senhores *Deputados* para relatarem as matérias em pauta: o *Deputado Darci de Matos* relatou o PL./0033.5/2012, que altera a Lei Complementar nº 407, de 2008, que regulamenta o art. 171 da Constituição do Estado e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O *Deputado Darci de Matos* relatou o PL./0257.2/2012, que altera o art. 1º da Lei nº 12.282, de 2002, que dispõe sobre o fornecimento de alimentos orgânicos na merenda escolar nas unidades educacionais do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O *Deputado Darci de Matos* relatou o PLC/0008.4/2012, que dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão o *Deputado Aldo Schneider* pediu vista em gabinete. O *Deputado Manoel Mota* relatou o PL./0048.6/2012, que torna obrigatória a disponibilidade de cadeiras adaptadas em estabelecimento de ensino no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão o *Deputado Darci de Matos* pediu vista em gabinete. O *Deputado Valmir Comin* relatou o PL./0026.0/2012, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina, a Política à Pessoa de Autismo e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O *Deputado Valmir Comin* relatou o PL./0120.0/2012, que dispõe sobre reversão de imóvel no município de Florianópolis, constante na Lei nº 13.000, de 2004, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão o *Deputado Dirceu Dresch* pediu vista em gabinete. O *Senhor Presidente*, a pedido da *Deputada Dirce Heiderscheidt*, abriu espaço para a senhora Vânia Souto, membro da Mesa Diretora do Conselho Estadual de Assistência Social, que fez uma explanação sobre a reprovação da proposta orçamentária para a política de assistência social. Ato contínuo, o *Deputado Aldo Schneider* devolveu sem manifestação, o PL./0315.6/2012 que dispõe sobre o Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil (FUNPDEC) e estabelece outras providências. O *Deputado Aldo Schneider* relatou o PL./0339.3/2012, que altera a Lei nº 14.328, de 2008, que dispõe sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à

inovação no ambiente produtivo no Estado de Santa Catarina e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão o Deputado Darci de Matos pediu vista em gabinete. Ato contínuo o Deputado Valmir Comin propôs uma reunião extraordinária juntamente com a Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, com a presença do Secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, ficando data e hora a serem agendadas, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe da Secretaria lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, cinco de dezembro de dois mil e doze.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 2673/2012, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 033/2012, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 10 TELEVISORES LED 40 POLEGADAS. DA Item Único -

Vencedora: REI DOS REIS COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME

Valor do Último Lance: R\$ 18.900,00

Florianópolis, 11 de dezembro de 2012

VALTER EUCLIDES DAMASCO

PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 199/2012

REFERENTE: Inexigibilidade nº 001/2013 celebrado em 10/10/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Diversos

OBJETO: Assinaturas de periódicos tais como revistas, jornais, encartes, informativos, publicações no Diário Oficial e Jornais e boletins impressos ou eletrônicos que serão adquiridos no decorrer do ano de 2013 para atender a demanda da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

ANEXO ÚNICO

EMENDA - REMANEJAMENTO DE RECURSOS DA FONTE 0.100 ENTRE SUBAÇÕES

SUBAÇÕES REDUZIDAS		FONTE	VALOR A DEDUZIR
41005 Secom	002565 Campanhas de carter social, informativa e institucional - SECOM	0.100	5.550.000
SUBAÇÕES ACRESCIDAS		FONTE	VALOR A ACRESCER
44022 Cidasc	000183 Armazenagem da produção agrícola e movimentação portuária granéis terminal So Fco do Sul	0.100	5.550.000

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO - GABS

EM Nº 378/12

Florianópolis, 27 de novembro de 2012.

Excelentíssimo Senhor

RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Florianópolis - SC

Senhor Governador,

Como é de conhecimento de Vossa Excelência, está tramitando na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, o Projeto de Lei nº 310/2012 que "Altera o Anexo Único da Lei nº 15.722, de 2011, que aprova o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015".

Para atender o que dispõe a Lei no 15.903, de 2012, que

ESTADO DE SANTA CATARINA

Emendas do Poder Executivo ao Plano Plurianual 2012-2015 - Revisão 2013

ANEXO

EMENDA REMANEJAMENTO DE RECURSOS DA FONTE 0.100 ENTRE SUBAÇÕES

SUBAÇÕES REDUZIDAS		FONTE	VALOR A DEDUZIR
41005 Secom	002565 Campanhas de carter social, informativa e institucional - SECOM	0.100	5.550.000
SUBAÇÕES ACRESCIDAS		FONTE	VALOR A ACRESCER
44022 Cidasc	000183 Armazenagem da produção agrícola e movimentação portuária granéis terminal So Fco do Sul	0.100	5.550.000

*** X X X ***

VALOR GLOBAL: R\$ 350.000,00

PERÍODO: 01/01/2013 a 31/12/2013.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, Prejulgado nº 1124 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e processo licitatório LIC nº 0058/2011-LIC.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação:1144 - Manutenção e Serviços Administrativos Gerais. Elemento: 3.3.90.00. - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Subelemento: 3.3.90.39.01 (Assinatura de Periódicos e Anuidades).

Florianópolis, 11 de dezembro de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 719

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do § 5º do artigo 122 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 0310.1/2012, que "Altera o Anexo Único da Lei nº 15.722, de 2011, que aprova o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015 e adota outras providências".

Florianópolis, 06 de dezembro de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 11/12/12

PROJETO DE LEI Nº 0310.1/2012

EMENDA MODIFICATIVA

O Anexo Único do Projeto de Lei nº 0310.1/2012, que "Altera o Anexo Único da Lei nº 15.722, de 2011, que aprova o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015 e adota outras providências", passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo Único desta emenda.

JUSTIFICATIVA

A Exposição de Motivos nº 378/2012, da Secretaria de Estado da Fazenda, explana de forma clara as razões da Emenda Modificativa ora apresentada.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

autoriza o Poder Executivo a subscrever e a integralizar aumento de capital no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), foram reduzidos recursos da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A - CIDASC, destinados à ampliação do Terminal Graneleiro, localizado no Porto de São Francisco do Sul. Para que a CIDASC possa realizar as obras exigidas pela Receita Federal, necessárias à implantação do alfandegamento no referido terminal, torna-se necessária a suplementação do Plano Plurianual, em tramitação na ALESC, conforme anexo.

Diante do exposto, sugerimos a Vossa Excelência o envio de Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, propondo a alteração constante em anexo.

Respeitosamente,

Nelson Antônio Serpa

Secretário de Estado da Fazenda

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 655/12

OFÍCIO 032/2012 Lages, 28 de Novembro de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação das Comunidades Rurais Organizadas - ACRO**, de Lages, referente ao exercício de 2011.
Antonio Amaral dos Santos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 11/12/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 656/12

Blumenau (SC), 30 de junho de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Clube de Caça e Tiro Ribeirão Itoupava**, de Blumenau, referente ao exercício de 2011.
Dagoberto Lindner
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 11/12/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 657/12

OF. 185/2012-GPM Florianópolis/SC, 05 de dezembro de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **MONATLAN - Movimento Nacional de Educação no Trânsito**, de Florianópolis, referente ao exercício de 2011.
Roberto Alvarez Bentes de Sá
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 11/12/12

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0383.7/2012

Institui o Dia Estadual da Juventude Rural no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Juventude Rural no Calendário de Eventos Oficiais do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado anualmente no dia 16 de outubro.

Art. 2º A data comemorativa prevista no artigo anterior poderá ser orientada para a realização e promoção de eventos e ações sociais, educacionais e culturais a ela alusivos, que contribuam para a valorização e inserção do jovem no meio rural, sua inclusão social e qualidade de vida.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado José Milton Scheffer

Lido no Expediente
Sessão de 11/12/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa instituir o dia 16 de outubro como Dia Estadual da Juventude Rural.

A referida data já é comemorada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - Fetaesc que, em uma reunião conjunta, em 2004, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Coordenação Estadual da Juventude de Trabalhadores Rurais e a Juventude Rural Organizada do Estado de Santa Catarina a instituíram como sendo o Dia da Juventude Rural no Estado de Santa Catarina.

A proposição justifica-se em razão dos dados estatísticos que apontam para o abandono da agricultura familiar, tendo em vista que os jovens estão abandonando o campo partindo em busca de oportunidades na cidade.

Além disso, segundo o IBGE (2006), 29,5% dos jovens pobres estão no meio rural e 1,1 milhão de adolescentes permanecem analfabetos no Brasil. Destes, mais de um milhão vive no campo. E, ainda, mais de 45% das pessoas que vivem na miséria extrema são crianças ou adolescentes. Somando-se a tudo isso, o nível de escolaridade dos jovens rurais é 50% inferior ao dos jovens urbanos, no Brasil.

Assim, o atual momento vivenciado pela agricultura familiar, aliado à falta de oportunidades para a juventude, tem acentuado a preocupação dos gestores públicos, organizações de agricultores e

movimentos sociais. A falta de perspectivas para a juventude rural a tem exposto e impulsionado ao consumo de drogas, desestruturando muitas famílias do meio rural e ampliando dificuldades para a continuidade da agricultura familiar.

Por isso, pensar a inserção do jovem no meio rural, hoje, implica enfrentar o esforço de analisar as construções próprias desse segmento social, as relações de gênero, suas disputas e as próprias lógicas hierárquicas reproduzidas nessas realidades, em que o jovem ocupa um papel privilegiado nos discursos, mas não nas práticas, motivo pelo qual tal propositura pretende promover ações sociais, educacionais e culturais que contribuam para a sustentabilidade e para a melhoria da qualidade de vida nas regiões rurais.

Deste modo, a fim de fomentar a contribuição para a inclusão social e econômica da juventude rural, possibilitando a sucessão na agricultura familiar, visando ao desenvolvimento sustentável, à criação de oportunidades de geração de renda e trabalho, ao acesso à cultura, ao esporte, ao lazer e à educação, solicito aos Nobres Pares o apoio e acolhimento da presente proposição para que seja oficializado o dia 16 de outubro como sendo o Dia da Juventude Rural em nosso Estado.

Deputado José Milton Scheffer

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 384/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 718

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A. no montante de até R\$ 1.056.400.000,00 (um bilhão, cinquenta e seis milhões e quatrocentos mil reais), para atender aos Projetos Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres Naturais".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado de Santa Catarina

Lido no Expediente

Sessão de 11/12/12

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

Em nº 381/2012

Florianópolis, 28 de novembro de 2012

Exmo. Senhor,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Florianópolis - SC

Senhor Governador,

Com os meus cumprimentos, venho submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que "autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S/A, no montante de R\$ 1.056.400.000,00 (um bilhão, cinquenta e seis milhões e quatrocentos mil reais), para atender aos Projetos 'Caminhos Estratégicos da Produção' e 'Prevenção de Desastres Naturais', cuja edição justifica-se pelos motivos expostos a seguir.

Os investimentos no setor da infraestrutura de transportes catarinenses são fundamentais para a promoção do desenvolvimento econômico e social equilibrado do Estado, com base na diversificação regional das atividades econômicas. Elas se constituem nas vias que realizam as interligações das povoações e cidades de diferentes regiões à rede de vias troncais, vencendo o isolamento entre essas regiões, suas cidades e povoações, propiciando a efetiva integração da economia catarinense.

A execução das obras é um facilitador ao escoamento da produção, o que tende ao crescimento da indústria, a geração de empregos, refletindo positivamente no desenvolvimento social e econômico deste Estado, bem como aumento na qualidade de vida e redução na desigualdade social.

Para tanto, foram traçadas as seguintes prioridades:

- a) Obras de Integração Turística e Logística de Transporte do Litoral Norte
 b) Obras de Ligação Planalto Norte/Vale do Itajaí
 c) Obras para Integração Regional do Sul
 d) Obras para Integração Regional do Vale do Itajaí
 e) Obras para Integração Regional do Oeste
 f) Obras para Integração Regional do Planalto
 g) Obras para Ampliação de Capacidade Portuária

No que tange aos investimentos relacionados a prevenção de Desastres na Bacia do Rio Itajaí/SC, é fato notório as constantes enchentes que assolam as cidades catarinenses, em especial as do Vale do Itajaí, conforme noticiado pela mídia catarinense e nacional. A seguir uma síntese das recentes enchentes enfrentadas pelos catarinenses:

2008 - A chuva atingiu e provocou destruições e mortes, atingindo o recorde histórico para o mês de novembro desde que o INMET (Instituto Nacional de Meteorologia) começou a fazer medições em Florianópolis, em 1961. Segundo meteorologista em matéria publicada na folha on line, os maiores índices pluviométricos para o mês de novembro haviam sido registrados em 1982 (379,4 milímetros) e 333,5 milímetros (1997). Neste ano, Blumenau registrou maior destruição em virtude das chuvas.

2010 - Neste ano não se viu, no mês de abril, um volume de chuvas tão elevado em Santa Catarina. Em Caçador, por exemplo, os 276mm de precipitação foram registrados, batendo o recorde de toda a série histórica da estação monitorada pela Epagri/Ciram. No Oeste, Meio-Oeste e Norte do Estado, os totais de chuva dos últimos dias ficaram entre 200mm e 300mm. Verificou-se que desde 1998 não se tinha um abril com totais de chuva tão elevados em Santa Catarina.

2011 - Cerca de 83 cidades decretaram situação de emergência por causa das fortes chuvas. A Defesa Civil contabilizou 6 mortes e cerca de 930 mil pessoas foram afetadas. Mais de 26 mil pessoas tiveram que deixar suas casas em todo o estado. 24.124 pessoas desalojadas e outras 1.926 desabrigadas.

Assim, há a necessidade de investimentos nas áreas de infraestrutura e logística de transportes e de prevenção de Desastres Naturais na Bacia do Rio Itajaí/SC, a fim de assegurar o desenvolvimento sócio-econômico e a mitigação dos prejuízos causados pelas enchentes.

São essas, Senhor Governador, as breves razões que me levam a submeter à Vossa Excelência o projeto de lei em anexo, à luz dos benefícios que seguramente a medida tratará à Administração Pública Estadual.

Respeitosamente,
 NELSON ANTÔNIO SERPA

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 384.8/2012

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A. no montante de até R\$ 1.056.400.000,00 (um bilhão, cinquenta e seis milhões e quatrocentos mil reais), para atender aos Projetos Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres Naturais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair operação de empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A., no valor de até R\$ 1.056.400.000,00 (um bilhão, cinquenta e seis milhões e quatrocentos mil reais), para atendimento dos Projetos Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres Naturais.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Lei apresenta a projeção dos valores a serem considerados nos orçamentos anuais durante o prazo para liquidação da operação de crédito, os quais estarão sujeitos às alterações das taxas de juros, às atualizações monetárias e a outros ajustes previstos contratualmente.

Parágrafo único. Além dos valores previstos no *caput* deste artigo, o Orçamento do Estado consignará anualmente os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada dos Programas e das despesas relativas à amortização do principal, dos juros e dos demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contra garantias à garantia da União, cotas de receitas próprias a que se refere o art. 155 da Constituição da República e das transferências

constitucionais previstas nos arts. 157 e 159, incisos I, alínea "a", e II, da Constituição da República, e os créditos previstos na Lei Complementar federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos termos do § 4º do art. 167 Constituição da República, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão da programação das dotações orçamentárias no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao atendimento dos Projetos Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres Naturais.

Art. 5º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento de que trata esta Lei serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA FINANCEIRO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

(art. 115, § 2º da CE)

EM R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEBIMENTOS	JUROS	AMORTIZAÇÕES
2012	-	-	-
2013	218.800.000,00	4.784.062,00	-
2014	418.800.000,00	18.725.186,00	-
2015	418.800.000,00	37.039.310,00	-
2016		46.196.372,00	-
2017		46.196.372,00	-
2018		45.451.269,23	68.154.838,71
2019		42.470.858,13	68.154.838,71
2020		39.490.447,03	68.154.838,71
2021		36.510.035,94	68.154.838,71
2022		33.529.624,84	68.154.838,71
2023		30.549.213,74	68.154.838,71
2024		27.568.802,65	68.154.838,71
2025		24.588.391,55	68.154.838,71
2026		21.607.980,45	68.154.838,71
2027		18.627.569,35	68.154.838,71
2028		15.647.158,26	68.154.838,71
2029		12.666.747,16	68.154.838,71
2030		9.686.336,06	68.154.838,71
2031		6.705.924,97	68.154.838,71
2032		3.725.513,87	68.154.838,71
2033		769.939,53	34.077.419,35
TOTAL	1.056.400.000,00	522.537.117,76	1.056.400.000,00

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 385/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 721

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, o projeto de lei que "Altera a Lei nº 14.262, de 2007, que dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 11/12/12

FATMA

Fundação do Meio Ambiente

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS GABP/DIAD Nº 01/2012

Florianópolis, 23 de novembro de 2012

Excelentíssimo Senhor

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Governador,

Considerando a defasagem dos valores cobrados pelo Estado de Santa Catarina referentes às taxas de prestação de serviços ambientais de

licenciamento quando comparados aos de outros Estados, bem como da necessidade de mudanças nos paradigmas de gestão, em especial, no tocante às relações entre Administração Direta e a Fundação do Meio Ambiente, quando da busca pelo incremento de receitas próprias (fonte 240), e consequente independência do Tesouro Estadual (fonte 100);

Considerando que as alterações propostas buscam não afetar atividades com tratamento tributário especial, tais como as agrícolas, pecuárias, florestais; pequenos produtores; agricultura familiar; autorizações ambientais; empreendimentos não poluentes e isenções previstas pela Lei nº 14.740/2009 - mas, promover a justiça social e o desenvolvimento econômico do Estado;

Considerando que, com as alterações propostas, é possível estimar um crescimento aproximado de 98% na Receita Anual de Licenciamento da FATMA, passando, assim, de R\$ 18.557.000,05 (valor arrecadado no ano de 2011) para R\$ 36.792.822,89.

DE:

Tabela nº 02

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em reais (R\$)

LICENÇA	CLASSE					
	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P,P ou M, P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	168,20	251,26	502,53	752,76	1.0004,03	1.505,53
LAI	418,43	627,13	1.254,26	1.881,39	2.508,53	3.762,80
LAO	836,86	1.255,30	2.508,53	3.762,79	5.017,06	7.525,60
TOTAL	1.423,49	2.133,69	4.265,32	6.396,94	8.529,62	12.793,93

Para:

Tabela nº 02

Tabela Proposta

LICENÇA	CLASSE								
	P,P	M,P	P,M	M,M	G,P	P,G	M,G	G,M	G,G
LAP	R\$198,19	R\$ 350,00	R\$ 611,56	R\$1.067,94	R\$1.601,91	R\$1.868,10	R\$2.669,86	R\$3.267,29	R\$5.715,97
LAI	R\$493,03	R\$870,68	R\$1.521,35	R\$2.656,68	R\$3.985,02	R\$4.647,19	R\$6.641,70	R\$8.127,92	R\$14.219,42
LAO	R\$986,07	R\$1.741,38	R\$3.042,73	R\$5.313,42	R\$7.9701,12	R\$9.294,48	R\$13.293,54	R\$16.256,00	R\$28.439,12
TOTAL	R\$1.677,29	R\$2.962,06	R\$5.175,64	R\$ 9.038,04	R\$13.557,06	R\$15.809,77	R\$22.595,10	R\$27.651,21	R\$48.374,51

b) Reformulação do cálculo de análise do EIA/RIMA:**DE:**

3.1. Custo total das análises

CT = TT + VT + CE + CA, onde:

a) Trabalho Técnico

TT = T x H (R\$ 45,00/hora)

b) Vistoria Técnica

VT = T x D (R\$ 110,00/dia) + V x R (R\$ 0,65/Km)

c) Consultoria Externa

CE = Cc x H

d) Custo Administrativo

CA = (TT + VT + CE) x 0,10

Legenda:

CT	Custo Total
TT	Trabalho Técnico
VT	Vistoria Técnica
CE	Consultoria Externa
CA	Custo Administrativo
H	Número de Horas Trabalhadas
D	Número de Dias Trabalhadas
R	Total de Km Rodados
T	Número de Técnicos
V	Número de Veículos
Cc	Custo de Consultoria por Hora

PARA:

"3.1. Custo total das análises

CT = TT + VT + CE + CA + AP, onde:

a) Trabalho Técnico

TT = T x H x (R\$ 85,00/hora)

b) Vistoria Técnica

VT = T x H x (R\$ 85,00/hora) + T x D (R\$ 110,00/dia) + V x R x (R\$ 0,84/Km)

c) Consultoria Externa

CE = T x H (R\$ 150,00/hora)

d) Custo Administrativo

CA = (TT + VT + CE + AP) x 0,30

e) Audiência Pública

AP = T x H x (R\$ 85,00/hora) + T x D (R\$ 110,00/dia) + V x R x (R\$ 0,841Km)

Legenda:

CT	Custo Total
TT	Trabalho Técnico
VT	Vistoria Técnica
CE	Consultoria Externa

O Anexo único, item 3, apresenta a determinação do valor da análise de Estudo de Impacto Ambiental EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Preliminarmente deve-se destacar que há certa confusão sobre a cobrança ou não dos valores de LAP, LAI, LAO em caso de EIA/RIMA.

Considerando que a atual redação do item nº 3 da Lei nº 14.262/2007 não é clara no sentido de obrigar os empreendimentos a pagarem, além do valor do EIA/RIMA, os valores das correspondentes licenças (LAP, LAI e LAO); permitindo interpretações dúbias, falhas processuais (internas à FATMA), e eventuais litígios administrativos e judiciais;

Considerando as defasagens nos valores das "horas-técnicas" hoje praticados pela FATMA, e nas inconsistências da fórmula de cálculo atualmente utilizada, que geram perda de receita a fundação;

Solicitamos autorização do Excelentíssimo Governador do Estado para:

a) **Modificação das classes da tabela de licenciamento e correção nos valores da tabela dos valores de licenciamento (LAP, LAI, LAO):**

CA	Custo Administrativo
H	Número de Horas Trabalhadas
D	Número de Dias Trabalhadas
R	Total de Km Rodados
T	Número de Técnicos
V	Número de Veículos
Cc	Custo de Consultoria por Hora
AP	Audiência Pública

Segue, em anexo, exposição detalhada das alterações (**Parecer Conjunto n. 01/2012**, emitido pela Diretoria de Administração e pela Assessoria de Auditoria Interna da FATMA, com o devido "de acordo" do Presidente Murilo Flores e do Secretário Paulo Bornhausen, representado, na ocasião, pela Sra. Lúcia Gomes Vieira Dallagnelo), solicitando a revisão das taxas de licenciamento da FATMA, o **Parecer Jurídico n. 60/2012**, emitido pelo Sr. Alexandre Waltrick Rates, Procurador da FATMA, e o **Ofício GABS n. 927/2012**, emitido pelo Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Nelson Antônio Serpa, aprovando as alterações propostas pela FATMA.

Solicitamos o envio da alteração proposta à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para a devida tramitação e avaliação.

Respeitosamente,

Murilo Xavier Flores

Presidente da FATMA

PROJETO DE LEI Nº 385/2012

Altera a Lei nº 14.262, de 2007, que dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o parágrafo único ao art. 6º da Lei nº 14.262, de 21 de dezembro de 2007, com a seguinte redação:

"Art. 6º

Parágrafo único. Os valores da Taxa de Prestação de Serviços Ambientais dispostos no Anexo único desta Lei serão reajustados anualmente mediante ato do Chefe do Poder Executivo, atendido o disposto no art. 275 da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009." (NR)

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 14.262, de 2007, passa a vigorar com a redação constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

"ANEXO ÚNICO

Taxa de Prestação de Serviços Ambientais

1.
 1.4. O valor máximo para efeito de cobrança dos serviços de licenciamento será o valor correspondente ao da classe G,G, definidos nas Tabelas nºs 02 e 03.

Tabela nº 01

Enquadramentos das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental

		POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR GERAL		
		P	M	G
PORTE DO EMPREENDIMENTO	P	P,P	P,M	P,G
	M	M,P	M,M	M,G
	G	G,P	G,M	G,G

2.2. O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos em

Resolução do CONSEMA, que define por listagem as atividades potencialmente poluidoras.

Tabela nº 02

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em reais (R\$)

LICENÇAS	CLASSE									
	P, P	M, P	P, M	M, M	G, P	P, G	M, G	G, M	G, G	
LAP	198,19	350,00	611,56	1.067,94	1.601,91	1.868,10	2.669,86	3.267,29	5.715,97	
LAI	493,03	870,68	1.521,35	2.656,68	3.985,02	4.647,19	6.641,70	8.127,92	14.219,42	
LAO	986,07	1.741,38	3.042,73	5.313,42	7.970,12	9.294,48	13.283,54	16.256,00	28.439,12	
TOTAL	1.677,29	2.962,06	5.175,64	9.038,04	13.557,06	15.809,77	22.595,10	27.651,21	48.374,51	

2.7. Nas Classes das tabelas nºs 02 e 03 acima, a primeira letra indica o porte da atividade e a segunda letra estabelece o potencial poluidor.

3. DETERMINAÇÃO DO VALOR DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA):

Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), conforme determina a legislação ambiental em vigor, na determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, sem prejuízo dos valores estabelecidos no item 2 deste Anexo e de outros valores previstos em lei, serão acrescidos, em cada uma das fases do licenciamento, os seguintes custos dos serviços de análise:

3.1. Custo total das análises

CT = TT + VT + CE + CA + AP, onde:

a) trabalho técnico

TT = T x H (R\$ 85,00/hora)

b) vistoria técnica

VT = T x H (R\$ 85,00/hora) + T x D (R\$ 110,00/dia) + V x R (R\$ 0,84/Km)

c) CE = T x H (R\$150,00/hora)

d) custo administrativo

CA = (TT + VT + CE + AP) x 0,30

e) audiência pública

AP = T x H (R\$ 85,00/hora) + T x D (R\$ 110,00/dia) + V x R (R\$ 0,84/Km)

Legenda:

CT	custo total
TT	trabalho técnico
VT	vistoria técnica
CE	consultoria externa
CA	custo administrativo
H	número de horas trabalhadas
D	número de dias trabalhados
R	total de quilômetros rodados
T	número de técnicos
V	número de veículos
AP	custo de audiência pública

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 386.0/12

Declara de utilidade pública a Associação Catarinense de Supermercados, de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Catarinense de Supermercados, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

1 - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

2.
 Para a determinação dos valores a serem cobrados pelos pedidos de análise das Licenças Ambientais de que trata a Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, as atividades são enquadradas em 9 classes (P,P; P,M; P,G; M,P; M,M; M,G; G,P; G,M; G,G) em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº 01:

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 11/12/12

JUSTIFICATIVA

A Associação Catarinense de Supermercados é uma associação civil com fins não

econômicos, tendo como objetivo precípuo reunir os empresários em todo o Estado, individual ou coletivamente, com estabelecimentos de supermercados, mercados, minimercados e demais comerciantes varejistas de gêneros alimentícios, propugnar pela defesa dos interesses da classe que representa, estando legitimada para as medidas administrativas e judiciárias necessárias para tal, bem como promover atividades de cunho cultural, sócioartísticos e esportivos, conforme verificado no seu Estatuto Social.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presenteproposião, por entendê-la relevante para a promoção e capacitação da comunidade.

Deputado Darci de Matos

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0387.0/2012

Declara de utilidade pública a entidade Sociedade Beneficente Cultural Africana Ylê de Xangô de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição Sociedade Beneficente Cultural Africana Ylê de Xangô de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do artigo 2º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Manoel Mota

Lido no Expediente

Sessão de 11/12/12

JUSTIFICAÇÃO

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de Lei que visa declarar de utilidade pública a instituição Sociedade Beneficente Cultural Africana Ylê de Xangô, com sede no município de Florianópolis.

Com o fim único de proporcionar a esta Casa a necessária análise sobre os aspectos justificadores da concessão de "status" pretendido, em apenso acostamos os documentos de titularidade da entidade, notadamente para caracterizar o preenchimento dos requisitos insculpidos na legislação de regência da espécie.

Trata-se de entidade que vem empreendendo no município de Florianópolis, relevantes atividades. Não possui fins lucrativos ou econômicos, e visa, entre seus importantes objetivos, promover, patrocinar e apoiar atividades sociais, buscando dessa forma a integração de toda a comunidade.

Através de seus objetivos, de elevada importância, destacam-se as características peculiares ao alcance da pretensão em evidência.

Assim, por entendermos que a oportunização da declaração de utilidade pública ensejará em concretizar incentivo às condições de trabalho da entidade epígrafa, solicitamos aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 388.1/12

Fixa os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, para o exercício de 2013, em conformidade com o disposto nos arts. 28, §2º, da Constituição Federal e 39, inciso XV, da Constituição do Estado.

Art. 1º Os subsídios mensais do Governador do Estado, do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado para o exercício de 2013 serão revisados nos mesmos percentuais a serem aplicados aos servidores públicos estaduais, nos termos da Lei nº 15.695, de 21 de dezembro de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento Geral do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Sala da Comissão

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Lido no Expediente

Sessão de 11/12/12

JUSTIFICATIVA

Compete à Assembleia Legislativa, segundo o disposto no art. 270, inciso II, c/c com o art. 73, inciso XI, do Regimento Interno deste Poder, fixar por sua iniciativa os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, para o exercício de 2013, e também em conformidade com o disposto nos arts. 28, §2º, da Constituição Federal e 39, inciso XV, da Constituição do Estado.

Outrossim, considerando a edição da Lei Estadual nº 15.695, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a data-base para fins de revisão geral anual da remuneração e subsídio dos servidores públicos do Poder Executivo, reconheço a necessidade, na atual conjuntura, de aplicação dos mesmos índices aos agentes públicos descritos no presente projeto.

Para tanto, solicito o apoio dos demais membros desta Casa Legislativa para a aprovação do projeto de lei.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013.6/12

Altera os artigos 285, 293 e 301 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Art. 1º Os artigos 285, 293 e 301 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa passam a constar com a seguinte redação:

"Art. 285. As propostas de alteração da Lei que institui o Plano Plurianual tramitarão, no que couber, na forma do Capítulo IV deste Título.

Art. 293. As propostas de alteração da lei de diretrizes orçamentárias tramitarão, no que couber, na forma do Capítulo V, deste Título.

Art. 301. As propostas de alteração da lei orçamentária anual tramitarão, no que couber, na forma do Capítulo VI, deste Título." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde,

Deputado GELSON MERISIO

Presidente

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Lido no Expediente

Sessão de 11/12/12

JUSTIFICATIVA

A Constituição Estadual, em seu artigo 122, nos diz o seguinte:

Art. 122 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa, na forma de seu regimento interno.

§ 1º - Caberá a uma comissão técnica permanente:

I examinar e emitir parecer sobre esses projetos e sobre as contas anualmente apresentadas pelo Governador do Estado;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas estaduais, regionais e setoriais e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões.

§ 2º - As emendas aos projetos serão apresentadas perante a comissão técnica, que sobre elas emitirá parecer, e deliberadas, na forma regimental, pelo Plenário da Assembleia Legislativa.

§ 3º - Não serão acolhidas emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 4º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser acolhidas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos somente os decorrentes de anulação de despesas, excluídas as relativas:

a) a dotações para pessoal e seus encargos;

b) ao serviço da dívida pública;

c) as parcelas correspondentes as participações municipais;

III - sejam relacionadas com correção de erros ou omissões, ou com dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 5º O Governador do Estado poderá encaminhar mensagens à Assembleia Legislativa propondo modificação nos projetos, enquanto não iniciada a votação, na comissão técnica, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º É lícita a utilização, mediante créditos especiais ou suplementares e com prévia e específica autorização legislativa, de recursos liberados em decorrência de emenda, rejeição ou veto do projeto de lei orçamentária anual.

§ 7º Ressalvado o disposto neste capítulo, são aplicáveis a esses projetos as demais normas concernentes ao processo legislativo.

Na leitura do Parágrafo Primeiro, verifica-se que a Constituição Estadual incumbe a análise das matérias relacionadas a apenas uma comissão técnica, que, conforme nosso regimento, seria a Comissão de Finanças e Tributação.

Ocorre que, como o "caput" do artigo refere-se, na sua parte final, ao atendimento ao disposto no Regimento Interno, e o mesmo, por sua vez, prevê a tramitação desses projetos na forma ordinária, verifica-se, com a sua aplicação, uma inconstitucionalidade, já que a Constituição Estadual refere-se a apreciação por apenas uma comissão técnica.

Na prática, o que vem ocorrendo, é que os projetos de revisão de proposições que digam respeito ao orçamento estadual, estão tendo tramitação ordinária, passando por várias comissões temáticas, o que, em verdade, contraria o disposto na Constituição Estadual.

Assim sendo, a presente proposta nada mais é que uma adequação do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado à Constituição Estadual.

Assim sendo, a Comissão de Finanças e Tributação, juntamente com a Mesa desta Casa, solicita aos nobres Pares a aprovação do presente Projeto de Resolução, nos termos do art. 333, do Regimento Interno.

Por fim, requer seja atendido o disposto no seu § 14. do artigo acima citado.

Deputado GELSON MERISIO

Presidente

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***